

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERRITÓRIOS DE VIDA E DE ESPERANÇA NOS ACAMPAMENTOS FORTALEZA E
RENASCER NA MESORREGIÃO SUDESTE, MATO GROSSO

Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro
Dissertação de Mestrado

Rondonópolis-MT: Outubro / 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERRITÓRIOS DE VIDA E DE ESPERANÇA NOS ACAMPAMENTOS FORTALEZA E
RENASCER NA MESORREGIÃO SUDESTE, MATO GROSSO

Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro

Nestor Alexandre Perekouski
Orientador

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis-MT: Outubro / 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERRITÓRIOS DE VIDA E DE ESPERANÇA NOS ACAMPAMENTOS FORTALEZA E
RENASCER NA MESORREGIÃO SUDESTE, MATO GROSSO

Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos necessários a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Ambiente e Sociedade.

Aprovado por:

Nestor Alexandre Perehouskei, Doutor - UFMT
(Orientador)

Plínio Feix, Doutor - UFMT
(Examinador Interno)

Elias Canuto Brandão, Doutor- FAFIPA
(Examinador Externo)

Rondonópolis-MT, 09 de outubro de 2015

Dedico este trabalho

A Sra. D. Francisca Fernandes de Souza, minha mãe, mulher de luta e companheira que me apoiou e encorajou-me a enfrentar todos os momentos difíceis da vida.

AGRADECIMENTOS

Ao todo criador, Deus, que está acima de todas as coisas deste mundo. Concebendo sempre os nossos desejos e vontades, mesmo de forma oculta.

À minha mãe, pela confiança, amor, cuidado, e sabedoria. Ao meu padrasto Rogério que me ensinou o verdadeiro amor de pai e avô, obrigado.

À minha filha Manuela, que mesmo longe, sempre esteve tão perto.

Ao meu orientador Prof. Dr. Nestor Alexandre Pehouskei, pela paciência, ensino, confiança e que em todos os momentos que precisei estava à disposição para ajudar.

Ao meu amigo Ricardo, que soube dos momentos difíceis me apoiar e compreender.

A todos os meus amigos e colegas de sala, que com certeza plantaram um pedaço de si em meu coração. Pessoas antes desconhecidas e tão diferentes de mim, que me fizeram ver a vida com outros olhos, obrigada pela amizade!

Ao meu amigo Manoel Messias de Freitas pelas caronas e pelas risadas, que me proporcionou descontração e alegria.

Aos meus alunos que pela inocência da idade, mas com muita sabedoria, souberam compreender minha ausência em muitos momentos.

Ao Prof. Dr. Ney Iared Reynaldo, que incentivou, apoiou e caminhou comigo para que este trabalho pudesse ser realizado.

Ao Prof. Dr. Jorge Luiz Gomes Monteiro, que mesmo indiretamente me incentivou e apoiou na continuidade deste trabalho.

Agradeço a todos os professores por me proporcionarem o conhecimento, não apenas racional, mas a manifestação do caráter e efetividade da Educação no processo de formação profissional; por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados, aos quais, sem nominar, terão os meus eternos agradecimentos.

Aos acampados do Acampamento Renascer em Guiratinga e Acampamento Fortaleza em Pedra Preta pela contribuição e carinho dispensados a mim durante as visitas.

Aos coordenadores dos acampamentos de sem-terra que me mostraram o valor da esperança e que, na luta, por mais árdua que seja não devemos desistir.

O meu muito obrigado! Sem todos vocês esta pesquisa não poderia ser concluída.

“Eu pedi Força e Deus me deu dificuldade para me fazer forte. Eu pedi Sabedoria e Deus me deu Problemas para resolver. Eu pedi Prosperidade e Deus me deu Cérebro e Músculos para trabalhar. Eu pedi Coragem e Deus me deu Perigo para superar. Eu pedi Amor e Deus me deu pessoas com Problemas para ajudar. Eu pedi Favores e Deus me deu Oportunidades. Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo de que precisava.”

(autor desconhecido)

*Quando chegar na terra,
Lembre-se de quem quer chegar.
Quando chegar na terra,
Lembre-se de que tem outros passos a dar.
Quando chegar na terra,
Não está completa a sua liberdade.
Este é o primeiro passo
Que damos na busca de outra sociedade.
Só a terra não liberta.
Este é o alerta da necessidade:
Aumentar a produção para a alimentação
Do campo e da cidade.*

Morissawa (2001) destaca a canção de um dos poetas do MST.

RESUMO

Essa pesquisa apresenta algumas discussões fundamentadas na lógica da organização dos acampamentos de sem-terra, entendida como lugar de resistência, ou seja, a reativação das ações desses trabalhadores rurais. Os discursos sobre a organização social dos acampamentos tem sido preocupação de vários segmentos, disciplinas e órgãos governamentais ou não. Foram visitados e mapeados os acampamentos Fortaleza na cidade de Guiratinga e o Renascer na cidade de Pedra Preta, ambos localizados na mesorregião sudeste do estado de Mato Grosso, onde foi aplicado um questionário que buscou identificar o perfil do acampamento, bem como compreender a lógica dos fluxos de pessoas que, mesmo morando no acampamento, estabelece certa mobilidade entre o rural e o urbano. Dos 18 entrevistados, 10 (55,5%) residem constantemente no acampamento, enquanto 8 (44,4%) são itinerantes. Nesta ótica 15 (83,3%) concordam com este fluxo, principalmente pela necessidade de trabalho; a renda mínima das atividades no acampamento e para a melhoria de qualidade de vida. Nesta perspectiva o acampamento configura-se como um território provisório, ou seja, um território de vida e esperança, que busca na concretização do assentamento, a transformação social.

Palavras-chave: Acampamento; Movimento social; Reforma agrária; Território; Luta pela terra.

ABSTRACT

This research presents some discussions based on the logic of the organization of the camps of landless, understood as a place of resistance, that is, the reactivation of the actions of these rural workers. The discourse on the social organization of the camps have been a concern of several segments, disciplines and government agencies or not. They were visited and mapped the Fortaleza camps in the city of Guiratinga and Renascer in the city of PedraPreta, both located in the southeastern region of the state of MatoGrosso, where it was applied a questionnaire that sought to identify the camp's profile and understand the logic of flows of people, even living in the camp, establishes certain mobility between rural and urban. Of the 18 respondents, 10 (55.5%) reside constantly in the camp, while 8 (44.4%) are itinerant. In this light 15 (83.3%) agree with this flow, mainly by the need to work; the minimum income from activities in the camp and to improve quality of life. In this perspective the camp appears as a temporary territory, ie a territory of life and hope, which seeks the achievement of the settlement, the social transformation.

Keywords: Camping; Social movement; Land reform; Territory; struggle for land.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01: Delimitação da mesorregião sudeste do estado do Mato Grosso.....	50
Figura 02: Mapa de localização do município de Pedra Preta, Mato Grosso.....	65
Figura 03: Mapa de localização do município de Guiratinga, Mato Grosso.....	65
Figura 04: Mudanças diversas no acampamento Fortaleza, Pedra Preta, Mato Grosso	79
Figura 05: Cultivo de Mamão no acampamento Fortaleza, Pedra Preta, Mato Grosso	80
Figura 06: Cultivo de bananas no acampamento Fortaleza, Pedra Preta, Mato Grosso.....	80
Figura 07: Pequena roça no acampamento Fortaleza, Pedra Preta. Mato Grosso.....	81
Figura 08: Criação de galinhas no acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso.....	81
Figura 09: Moradia do Sr. Antonio Colleti, acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso	83
Figura 10: Moradia da Dona Josefa, acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso	84
Figura 11: Moradia do Sr. Ednon no acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso....	84
Figura 12: Cozinha de D. Abadia no acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso....	85
Figura 13: Cozinha de D. Francisca no acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso	86
Figura 14: Cozinha de D. Josefa no acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso	86
Figura 15: A casinha no acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso.....	87
Figura 16: Primeira localização do acampamento Renascer, Guiratinga - Mato Grosso.....	89
Figura 17: Atual localização do acampamento Renascer, Rod. MT-270. Guiratinga – Mato Grosso	889
Figura 18: Moradia do acampamento Renascer, Guiratinga – Mato Grosso	90
Figura 19: A bandeira do MTA, no Acampamento Renascer, Guiratinga – Mato Grosso	91
Figura 20: Reunião de amigos no acampamento Renascer, Guiratinga – Mato Grosso	92
Figura 21: Visitas de parentes no acampamento Renascer, Guiratinga – Mato Grosso.....	93
Figura 22: Escola EJA no acampamento Renascer, Guiratinga – Mato Grosso	94

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01: Assentamentos com mais de dez anos de criação na mesorregião sudeste, Mato Grosso.....	42
Quadro 02: Assentamentos com menos de dez anos de criação na mesorregião sudeste, Mato Grosso.....	42
Quadro 03: Modalidades de projetos criados pelo Incra.....	44
Quadro 04: Modalidades de áreas reconhecidas pelo Incra.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) segundo sexo nas entrevistas nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	66
Tabela 02: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) da faixa etária dos entrevistados nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	67
Tabela 03: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) do grau de escolaridade dos entrevistados nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	67
Tabela 04: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de membros da família por entrevistados nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	68
Tabela 05: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) da renda familiar dos entrevistados nos acampamento Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	68
Tabela 06: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) da ocupação dos entrevistados nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	69
Tabela 07: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) que residem ou não nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	70
Tabela 08: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de motivos de adesão ao movimento de sem-terra nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	70
Tabela 09: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de opiniões com relação à moradia de itinerantes nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	71
Tabela 10: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de opiniões quanto à opção de permanência nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	71
Tabela 11: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de dificuldades encontradas nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	72
Tabela 12: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de opiniões sobre a qualidade de vida urbana do sem-terra nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	73
Tabela 13: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de opiniões sobre as necessidades de mudança no perfil da luta nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	73
Tabela 14: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de opiniões sobre a extinção dos acampamentos de sem-terra.....	74
Tabela 15: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) com relação à atuação dos coordenadores nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	75
Tabela 16: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) com relação à satisfação da ação do movimento social (MTA) nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	75
Tabela 17: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de participação em movimento social nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	76
Tabela 18: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de opiniões quanto às perspectivas de mudança de vida nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ATES - Assistência Técnica Social e Ambiental.
- BASA - Banco da Amazônia.
- CPT - Comissão Pastoral da Terra.
- DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte.
- EJA - Educação de Jovens e Adultos.
- EMPAER - Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural.
- FLONA - Floresta Nacional.
- GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global).
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- INDEA - Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso.
- INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso.
- MLT - Movimento de Luta pela Terra.
- PC - Projetos de Colonização.
- MST - Movimento dos Sem-Terra.
- MTA - Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados.
- PA - Projetos de Assentamento Dirigido.
- PAC - Projeto de Assentamento Casulo.
- PAC - Projetos de Assentamento Conjunto.
- PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista.
- PAE - Projeto de Assentamento Estadual.
- PAF - Projeto de Assentamento Florestal.
- PAM - Projeto de Assentamento Municipal.
- PAP - Projetos de Colonização Particular.
- PAR - Projetos de Assentamento Rápido.
- PAs - Projetos de Assentamentos.
- PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento.
- PBA - Programa Brasil Alfabetizado.
- PCB - Partido Comunista Brasileiro PIN - Programa de Integração Nacional.
- PCT - Programa Cédula da Terra.

PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável.
PFP - Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto.
PIC - Projetos Integrados de Colonização.
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.
POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil.
PRB - Reassentamento de Barragem.
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
RESEX - Reservas Extrativistas.
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SEDRAF - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar.
SEMEC - Secretaria Estadual de Educação
SIPRA - Projetos da Reforma Agrária.
SRs - Superintendências Regionais.
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.
SUDEC - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.
TRQ - Território Remanescentes Quilombola.
UDR – União Democrática Ruralista.

SUMÁRIO

LISTAS DE FIGURAS	x
LISTAS DE QUADROS	xi
LISTA DE TABELAS	xii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiii
INTRODUÇÃO.....	16
OBJETIVOS.....	21
Objetivo Geral.....	21
Objetivos Específicos	21
QUESTÃO-PROBLEMA HIPÓTESES	22
MATERIAIS E MÉTODOS.....	23
CAPÍTULO 1 - A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E AS REALIDADES DOS ACAMPADOS	26
CAPÍTULO 2 - PROPOSTAS E DESAFIOS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO INCRA, INTERMAT E SEDRAF (1996-2008).....	37
CAPÍTULO 3 - OS ACAMPAMENTOS DE SEM-TERRA COMO TERRITÓRIOS DE VIDA E ESPERANÇA: ORGANIZAÇÃO, VIVÊNCIAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS	48
3.1 VIDA E ESPERANÇA NA DINÂMICA TERRITORIAL	59
CAPITULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	64
4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ACAMPADOS	66
4.2 RELATOS DE EXPERIÊNCIA E CARACTERÍSTICAS DO ACAMPAMENTO	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	101
ANEXOS.....	107

INTRODUÇÃO

As principais discussões do presente trabalho são fundamentadas na lógica da organização dos acampamentos¹ de sem-terra, entendida como lugar de resistência, ou seja, a reativação das ações desses trabalhadores rurais. Os discursos sobre a organização social dos acampamentos tem sido preocupação de vários segmentos, disciplinas e órgãos governamentais ou não. Dentre os acampamentos visitados estão o *Fortaleza* na cidade de Guiratinga e o *Renascer* na cidade de Pedra Preta, ambos localizados no estado do Mato Grosso, onde observa-se que, os trabalhadores não são somente os que ali vivem, visto que muitos estão dentro e fora do acampamento, configurando-se, dessa forma, em novo arranjo de acampamento de sem-terra.

O acampamento representa o início da luta deste grupo social para conquistar os seus “pedaços de terra”, de acordo com Fernandes (2006) são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação, tanto para as famílias de sem-terra que estão do lado de fora, quanto para as famílias que estão no acampamento e, praticamente não contam com apoio governamental, vivendo umas dependendo das outras, sendo esta solidariedade, segundo Vendramini (2002) manifestada por entidades, organizações e várias pessoas que assumem o papel de lideranças, viabilizando condições para o acampamento sobreviver, material e psicologicamente. Na perspectiva de unidade entre os acampados Heidrich (2000, p. 60) expressa que:

(...) o acampamento produz formas de experiências de si onde os acampados tornam-se sujeitos de um modo particular. Essas formas de experiência configuram a formação da subjetividade socioespacial (ou territorial), na qual o sentimento de pertencimento a um lugar não é fixo (mas que se encontra no discurso do movimento), mas criado e recriado por seus acampados onde estiverem reunidos (...) (HEIDRICH, 2000, p. 60).

A importância da terra está relacionada a valor, necessidade e segurança. A organização de uma ocupação decorre da necessidade familiar e acontece pela consciência construída na realidade em que se vive, ou seja, é uma construção histórica. Por isso, um

¹O acampamento constitui, o lugar de organização e aglutinação de um grupo "sem terra". Ocorre em áreas menos litigiosas, "negociáveis" (beira de estradas, fazendas cedidas pelo INCRA, áreas vizinhas a assentamentos, etc). A ocupação por sua vez, corresponde ao movimento de enfrentamento com o proprietário da terra, não raro ligado à UDR, e com os poderes constituídos. Ocupada a terra, o proprietário reivindica seu direito à propriedade através do instrumento jurídico da reintegração de posse. Esta, se concedida pelo juiz, pode implicar mobilização da força pública para o despejo dos ocupantes.

aprendizado no processo histórico de construção das experiências de resistência, conforme descrevem Gancho, Lopes e Toledo (1991, p. 5):

(...) a terra pode significar riqueza ou pobreza, vida ou morte, poder político e posição social ou marginalização. Para cada pessoa ou grupo social ela tem um valor. (...) A terra exerce (sempre exerceu) atração sobre o homem: ela não é apenas sinônimo de riqueza e de poder, mas também a posse da terra, (...) investida de ideias de segurança na vida e até mesmo na morte (GANCHO; LOPES; TOLEDO, 1991, p. 5).

Nesta ótica, a experiência tem a sua lógica construída na práxis, pois, de acordo com Vendramini (2002, p. 86): “são diferentes os significados de cada experiência: a preparação para a ocupação, por exemplo, é um momento difícil para toda família, sobretudo para os adultos, pois lhes cabe a decisão sobre quando, como e se realmente desejam participar da ocupação”, ou seja, essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, o movimento e a superação, a concepção de “terra de trabalho” contra a concepção de “terra de negócio e de exploração”².

O termo “terra de trabalho” expressa que o pequeno proprietário usa somente a mão de obra familiar para o trabalho na terra, onde “os seus ganhos são do seu trabalho e o trabalho de sua família, e não ganhos de capitais, exatamente porque estes ganhos não provem de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos seus instrumentos de trabalho” (MARTINS, 1981, p. 59). Ainda discute o termo “terra de negócio” afirmando que:

Quando o capitalista se apropria da terra ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem a terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem (MARTINS, 1981, p. 60).

Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista se dedicar à agricultura. Diferentemente, o espaço escolhido para ser o acampamento, não é o espaço tratado a partir da Geografia dos solos, e sim da sociedade: um espaço que permite sua transformação a serviço da comunidade. Neste contexto, Santos (1977, p. 8) afirma que “a história não se escreve fora do espaço, e não há sociedade sem espaço. O espaço, ele mesmo é social”. Stédile (1997, p. 25) complementa que “basta percorrer o interior do país para se deparar com os enormes contingentes de deserdados do

²Ver também: SCHWARZ, R. G. **Terra do Trabalho, Terra de Negócios**. São Paulo: LTr., 2014.

campo, que ainda dependem da terra para sua sobrevivência”. Com base nesta ideia é fundamental o acompanhamento e estudo sobre a realidade das famílias acampadas, na perspectiva de uma ordem social justa e igualitária.

A família vista no acampamento nem sempre é composta de todos os membros: pai, mãe e filhos, ou seja, a família tradicional. Nesses espaços de luta alguns membros vivem sozinhos, como homens e mulheres ou idosos, sem companheiros, sendo observada também uma parcela de mulheres que vivem apenas com os filhos, bem como avós que criam seus netos e, dessa forma, constituem novos modelos familiares. Neste sentido, Biroli (2014) afirma que a estrutura familiar está ligada a afetos e sentimentos, de diferentes tipos, e se define conforme normas, práticas e valores que têm seu lugar, tempo e história, dentro de cada unidade familiar, por isso, o acampamento de sem-terra se configura em um espaço onde todos os componentes fazem parte de uma grande família, separada e unida ao mesmo tempo, na busca de um ideal único.

Definidos os contornos do “espaço de luta e de resistência”, representado pelo acampamento, falta somente a decisão de quando ocupar. É com a ocupação que os trabalhadores sem-terra vêm a público e dimensionam o espaço de socialização e sociabilidade política, intervindo na realidade, acampando nas margens das rodovias, organizando a ocupação, construindo, enfim, o seu espaço de luta e resistência.

Como a ação de participar de uma ocupação não é uma decisão tão simples, afinal, mais do que experiência, significa transformar a própria vida, para algumas famílias, existe a indecisão e o medo. Estas inseguranças são geralmente postuladas pelos parentes que acabam questionando se realmente vai dar certo ou não, por isso, segue-se o medo de ir para o acampamento sem saber o que se encontrará, ou mesmo, se será bem acolhido pelos outros componentes do grupo, ou seja, haverão divergências? Ou se encontrarão confrontos por parte da justiça, despejos, expulsões? Enfim, como a vida se direcionará a partir desta busca?

Estes são alguns dos principais pontos a serem analisados pelos trabalhadores rurais sem-terra ao aderirem pela vivência no acampamento e, para superar temores, é necessário confiança nas pessoas que compõem e coordenam o Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados (MTA). Neste universo de estudo, os acampamentos existentes são coordenados por lideranças filiadas a este movimento, configurando-se dessa forma, os seguintes acampamentos: Acampamentos Fortaleza e Renascer do Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados.

Assim, a liderança do acampamento tem responsabilidade ao defender a ocupação, bem como de apresentar ideias e referências que permitam a superação das dúvidas,

desenvolvendo argumentos nas reuniões, para o dimensionamento do espaço de socialização e sociabilidade política. Todavia, muitos ficam atentos e só seguirão para o acampamento, depois de efetivada a ocupação.

O medo e a insegurança sentidos ao aderirem a um movimento social requer coragem das famílias e, acima de tudo, esperança em conseguir um futuro melhor, que deverá ser incessante, até a plenitude de sua realização, que se concretizará na aquisição de um lote de assentamento estruturado, proporcionando neste núcleo, renda e crescimento econômico. Enfatizando os assentamentos Duque e Caniello (2004) os definem como espaços diferenciados de relação com o Estado e, é essa distinção que faz existir o assentamento e, por consequência, os assentados. Neste sentido, Bergamasco e Norder (1996, p. 7) contribuem com a seguinte visão do assentamento rural, dizendo que:

(...) [estes] podem ser definidos como a criação de novas unidades agrícolas, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo a organização social e a vida comunitária (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 7).

Desta forma, conhecer a construção social desses acampamentos, como a organização de suas comunidades, anseios, indignações, arranjos e possíveis dinâmicas, justificam a importância deste estudo, que buscará verificar a realidade atual do grupo, tradicionalmente excluído e, que tem a contribuir com seus conhecimentos e experiências de vida para a sociedade.

Para tanto, o presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, conforme apresentado na seqüência. O primeiro capítulo intitulado A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E AS REALIDADES DOS ACAMPADOS apresenta um breve relato da história de luta pela terra, bem como os atores sociais deste processo. Discute-se esta temática desde o período da promulgação das Leis de Terras percorrendo-se até os dias atuais, onde milhares de trabalhadores rurais no Brasil estão em busca de suas realizações, a partir da perspectiva da conquista de um lote, não sendo distante da realidade no estado do Mato Grosso e, em especial, na região sudeste, demonstrando-se que os acampamentos também são carregados de esperança para a conquista do assentamento.

O segundo capítulo intitulado PROPOSTAS E DESAFIOS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO INCRA, INTERMAT E SEDRAF (1996-2008) discute que, neste período, a região sudeste do Mato Grosso teve aumento considerável da população no campo,

em vista da criação de diversos tipos de projetos de assentamentos, e, neste mesmo contexto, observa-se o fortalecimento da luta pela terra por meio da resistência dos acampamentos de sem-terra. Nos projetos de assentamentos retrata-se não somente o sonho de possuir um lote que satisfaça o assentado, mas sim, a necessidade de amparo técnico e financeiro por parte das organizações que institucionalizaram o assentamento.

Na esperança de se tornarem futuros assentados o terceiro capítulo denominado OS ACAMPAMENTOS DE SEM-TERRA COMO TERRITÓRIOS DE VIDA E ESPERANÇA: ORGANIZAÇÃO, VIVÊNCIAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS focaliza o cotidiano de quem não teve muita escolha em suas perspectivas de vida, ou seja, discute a realidade dessas famílias que apresentam vivências e vidas diferentes, mas, estão unidas no acampamento de sem-terra na busca por um ideal comum, onde possam prosperar e pensar em deixar para as futuras gerações, possibilidades de uma vida melhor.

Para o sem-terra o território não é só visto como o espaço ocupado, mas também como o lugar, onde o acampado dá o seu valor e seu sentimento de pertencimento. Apesar de conviver em um território que deveria ser fugaz, estabelece, enquanto aguarda seu território definitivo, uma organização social de vida e esperança, com relações de poder, desafios e prospecções para o futuro.

E, assim, no quarto capítulo, onde se apresentam os RESULTADOS E DISCUSSÃO, identificam-se e discutem-se as perspectivas dos moradores dos acampamentos “Fortaleza” situado em Pedra Preta, Mato Grosso e o acampamento “Renascer” em Guiratinga, Mato Grosso. Nestes lugares, os atores sociais e o território provisório se articulam na espera de um novo arranjo territorial, que pode levar anos, mas, mesmo assim, identificam no acampamento o seu lugar, como moradia e retirada de seu sustento ou não, numa realidade que se traduz com intensos comprometimentos, mas que não perde a esperança de, num futuro próximo, experienciar uma nova vida.

As CONSIDERAÇÕES FINAIS encerram esta etapa de pesquisa com algumas reflexões sobre os resultados obtidos, bem como aponta as perspectivas de organização e de vida para os acampados sem-terra em sua luta por dignidade e inclusão social.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Compreender a organização socioespacial em acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra na mesorregião sudeste, Mato Grosso, Brasil.

Objetivos Específicos

- Caracterizar o acampamento de trabalhadores rurais sem-terra como “território provisório” para o assentamento definitivo das famílias;
- Explicar a atual organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra e no trabalho do campo;
- Entender a lógica de fluxos de população estabelecidos a partir de certa tendência à minimização do número de famílias nos acampamentos.

QUESTÃO-PROBLEMA HIPÓTESES

Verifica-se a partir da sondagem de campo que, atualmente, a organização dos acampamentos nos municípios de Pedra Preta e Guiratinga, no estado do Mato Grosso, tem apresentado um espaço de dispersão de famílias que procuram qualidade de vida na área urbana, determinando a minimização do número de famílias que vivem efetivamente no acampamento de trabalhadores rurais sem-terra.

Desta forma, a questão que norteia a pesquisa é: nesse cenário quais os motivos que determinam o abandono da vivência cotidiana no território do grupo social.

Na busca de resposta ao questionamento apresentado, delinear-se duas hipóteses: (a) proximidade de localização em áreas urbanas, ressoam na busca de melhores condições de vida; (b) o perfil das lutas do grupo social dos sem-terra se modificou, a partir do acesso à cidade, ou seja, da luta pela organização de um movimento social na conquista de um território passou-se pela busca da propriedade e qualidade de vida no espaço urbano.

MATERIAIS E MÉTODOS

Primeiramente foi realizada uma revisão de literatura sobre a questão agrária que vem sendo discutida em diferentes épocas, com opiniões de diversos autores, como Araújo, 1985; Fernandes, 1999; Rocha, 2013, sendo que, a temática que envolve o universo dos acampamentos, representa um pressuposto teórico sobre a luta dos sem-terra nas diversas pesquisas e estudos realizados no Brasil, selecionando-se livros, periódicos, jornais e materiais diversos disponíveis na *internet*, adequados ao presente estudo, ou seja, que discutiram a temática proposta.

Destaca-se na presente pesquisa, o uso do conceito “território de esperança” que permitiu identificar de forma objetiva o cotidiano do sem-terra, na busca de realizar seus sonhos em relação à posse de um lote, com o intuito de construir moradias e poder desenvolver suas atividades com segurança e dignidade, e, assim, transformar um pedaço de terra que, num futuro não distante, poderá ser um território definitivo.

Esta pesquisa foi desenvolvida em dois acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados (MTA), sendo o acampamento Fortaleza localizado às margens da rodovia BR-364 no município de Pedra Preta, e o acampamento Renascer na MT-270 no município de Guiratinga, ambos localizados na Mesorregião Sudeste, onde foram realizadas entrevistas com moradores e participantes do movimento, que residem com suas famílias em um sistema comunitário, compartilhando suas necessidades, dificuldades e anseios de um futuro melhor.

A escolha desses dois acampamentos se efetivou, primeiramente, por ambos se localizarem próximos à cidade de Rondonópolis, e, posteriormente, por pertencerem ao MTA.

A investigação foi pautada numa abordagem quanti-qualitativa, a partir da realização de trabalhos de campo, com visitas *in loco* aos locais dos acampamentos, nos dias 12 e 13 de julho de 2014; 06 e 07 de setembro de 2014; 11 de outubro de 2014 e 22 de novembro de 2014, num total de 6 visitas.

Nesse período foram aplicados questionários (Anexo I), cujas questões buscaram identificar o perfil socioeconômico dos envolvidos, bem como aspectos específicos que revelaram a dinâmica do cotidiano dos acampamentos. Todavia, parte de seus moradores não se encontravam nos respectivos espaços, pois algumas das visitas realizadas ocorreram em dias de feriado e, em dias de reunião organizada pela liderança do acampamento na cidade.

O questionário aplicado foi composto de duas partes, sendo a primeira, o levantamento socioeconômico: perfil do acampado e, a segunda, o levantamento específico, que procurou identificar o pensamento do acampado em relação à situação de morador do acampamento. De acordo com os relatórios do MTA, existem 217 cadastrados no acampamento Fortaleza 78 e no acampamento Renascer, no entanto, não se obteve dados do total de famílias que, atualmente, frequentam o acampamento, números não acompanhados pelos coordenadores. Com isso, foi possível entrevistar 18 pessoas, sendo 11 no acampamento Fortaleza e 7 no acampamento Renascer.

Para determinar a amostra de sem-terra em acampamento, que representa um conjunto de elementos com características comuns, foi adotado o número total de moradores disponíveis nos acampamentos nos dias escolhidos para as atividades de campo.

Para delimitar os espaços de luta dos acampados, foram realizadas visitas aos acampamentos para coleta de pontos (coordenadas geográficas), possibilitando a construção de um banco de dados para a elaboração de mapas de símbolos pontuais. Nestas visitas foram identificados os pontos utilizando o GPS – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global) - aplicativo *GPS Essentials*. Foi realizado mapeamento das áreas de estudo utilizando-se dos programas TerraView, versão 4.2.2 e ArcView, versão 3.2.

Na elaboração do mapa no *software* Terra view utilizou-se os dados em formato vetorial conseguido no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), obtendo-se mapas dos limites nacionais, regionais, estaduais e municipais; mapas de localização das sedes dos municípios e do estado de Mato Grosso.

Também em formato vetorial obteve-se dados sobre os assentamentos no Incra, bem como, a representação das rodovias desta área, no Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT).

A disposição dos pontos nesses mapas cria uma regionalização do espaço, representando os acampamentos de sem-terra.

Também como fonte de pesquisa, utilizou-se de registro fotográfico, que permite evocar lembranças, emoções e informações. Esse registro visual e material apresenta-se de forma privilegiada para aproximação da realidade trabalhada, permitindo a perpetuação de um momento difícil de ser resgatado com precisão. Uma imagem fotografada possui informação da realidade registrada.

A fotografia, analisada com o auxílio de outras fontes contribui para reflexões sobre as intervenções humanas nos espaços rurais, as realizações materiais na paisagem,

possibilitando a expressão do imaginário social, político e econômico dos sujeitos pertencentes deste núcleo observado.

Nesta perspectiva, a fotografia, assim como, os acontecimentos que se registram, levam os sinais e rastros do seu tempo, que constitui um “(...) fragmento congelado de uma realidade” (KOSSOY, 2003 p. 37), ou seja, “(...) um registro que cristaliza uma ínfima porção de espaço do mundo exterior” (KOSSOY, 1999, p. 156). Nas fotografias dos acampamentos pesquisados, revela-se a realidade das famílias que ali vivem, representando a situação atual de cada acampamento de sem-terra.

Nas intervenções junto aos sujeitos pesquisados, foram entrevistados tanto aqueles que permanecem constantemente dentro dos acampamentos, como as pessoas que participam do movimento e freqüentam o acampamento somente nos finais de semana ou esporadicamente, neste ínterim, Thompson (1992) percebe a importância da história oral quando afirma que:

(...) pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. (...) A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Neste sentido, a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo com isso, novas perspectivas à pesquisa proposta, pois o investigador, por vezes, necessita de documentos variados, dessa forma, o uso da entrevista poderá servir também como componente de consulta, na qual recorre-se a fontes múltiplas de dados e a métodos de recolha diversificados com observações diretas e indiretas (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 134).

Por isso, também foram utilizados os relatos de experiência de alguns dos entrevistados. A partir dessas entrevistas, foram quantificados os dados obtidos, sistematizados em tabelas, e, posteriormente, analisados e descritos em forma de resultados.

CAPÍTULO 1 - A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E AS REALIDADES DOS ACAMPADOS

Ao abordar a questão agrária é imprescindível ressaltar que, seu início se deu com o movimento dos trabalhadores rurais desprovidos da terra. O Brasil sempre esteve subordinado no segmento da agricultura à lógica capitalista e ao domínio dos grandes proprietários de terras.

Buscar antecedentes sobre a questão fundiária no Brasil é reviver todo um passado de lutas e de pessoas que passaram por momentos trágicos e conflitantes na busca de um direito, que poderia ter sido efetivado desde o período de colonização. Muitos conflitos aconteceram até que a primeira lei fosse efetivada para a regularização de terras, no entanto, foram poucos os beneficiados.

De acordo, com Morissawa (2001, p. 70) a Lei nº 601, de 1850 efetivou o latifúndio no Brasil, que regulamentou e consolidou a grande propriedade rural, posteriormente, vieram os imigrantes, sendo que, uma parte pagou pelas terras e, outra parte, veio sob o regime de colonato. Esta migração foi interrompida com a 1ª Guerra Mundial, surgindo à crise no campo. Nesse contexto, no Brasil, já haviam povos de diferentes culturas e formações identitárias, compondo um enorme contingente, que não tinham a propriedade privada da terra, mas que ocupavam os espaços de forma individual ou coletiva para trabalhar no campo.

A ocupação da terra era direcionada à produção agrícola, voltada à exportação, mesmo para os imigrantes que vieram para o Brasil e que adquiriram lotes. A Lei de Terra instituiu uma nova apropriação da terra, onde os novos proprietários só poderiam ter terras mediante compra e venda. Quem tinha a posse de terras elevou seus preços no intuito do comércio, pois eram vendidas à vista. Muitos imigrantes que estavam sob o regime de colonato e, que não podiam comprar um lote de terra, acabaram perdendo o local de trabalho, ocasionando assim, um aumento na migração para as cidades, devido principalmente à crise de 1929 (ARAÚJO, 1985).

A Grande Depressão que alastrou a economia do mundo, fez com que a agricultura passasse a depender do Estado, adquirindo assim um novo aspecto. Surgiram no Brasil um número considerável de pequenos produtores sem condições financeiras e, por outro lado, o fortalecimento de grandes proprietários apoiados no subsídio estatal, enquanto as grandes propriedades cresciam juntamente com a industrialização, os menos favorecidos na

agricultura foram deixando seus espaços e adquirindo uma nova função nas cidades (MEDEIROS, 2010; GUIMARÃES, 1982).

Com a crise de 1929 e após 1930, surge no Brasil um novo modelo econômico de fomento à industrialização, prometendo o desenvolvimento para o país. Os grandes latifúndios não deixaram de existir e se unem as indústrias nesta perspectiva. A modernização das propriedades rurais fez com que as atividades exercidas pelos camponeses, agricultores e pequenos produtores assumissem características que antes não lhes eram atribuídas, tais como, o de fornecedor de mão de obra barata, envolvendo as famílias de camponeses que passam a trabalhar nas fábricas e indústrias sem qualquer especialização e, em decorrência disto, passam a receber baixos salários. Esta enorme oferta de mão de obra fez com que surgisse nas cidades um aumento populacional considerável (THOMAZ, 2006).

Surgem tanto na cidade, quanto no campo, diversos movimentos sociais reivindicatórios, dando início às primeiras organizações de trabalhadores rurais, greves, congressos, revoltas e lutas dos posseiros e grileiros. Com a Constituição das Ligas Camponesas, novos movimentos, resistências e ocupações mobilizam o Brasil. Com a extinção do Partido Comunista, reduziram-se as organizações dos trabalhadores e as Ligas Camponesas funcionavam apenas na clandestinidade. A ditadura militar imperava com punhos de aço, trabalhadores urbanos e rurais temiam, todas as vezes que reivindicavam, mas não deixaram de lutar. De 1960 a 1964 houve debates sobre a reforma agrária³, como a regulamentação da sindicalização rural e Estatuto do Trabalhador Rural, com greves e ocupações no campo, sendo um período marcado por intensas repressões, assassinatos e desaparecimentos (STÉDILE, 2005).

Por sua vez Stédile (1997) aponta que a população não entendia bem como a reforma agrária iria acontecer, pois não compreendia a burocracia de se colocar em prática as políticas de “como fazer a reforma” voltada para a questão do trabalhador no campo e, paralelamente, tinham uma posição radical sob o lema: “Reforma agrária na lei ou na marra”, e, para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica, era um movimento que vinha se configurando por etapas, com pequenos protestos, marchas, reivindicações em defesa do homem do campo e dos sem-terra. No entanto, com o objetivo de buscar a melhoria no campo e para os sem-terra era complexo aceitar que, sem a realização de uma reforma agrária, que

³Sobre o conceito de reforma agrária o art. 1º § 1º do Estatuto da Terra expressa: “considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade” (ARAÚJO, 1985, p. 32).

distribuísse terras para quem precisasse trabalhar nela, não haveria como ter desenvolvimento, à medida que esta proporcionaria a elevação da produção de alimentos.

Para Andrade (1987, p. 71), “o processo de reforma agrária é dinâmico, e, à proporção que for implantado, trará consideráveis modificações na sociedade e nas aspirações do povo brasileiro”. A reforma agrária era um projeto de colonização, mas, para o governo, sem importância, pois, no país, existiam grandes latifúndios nas décadas de 1970 e 1980. Como a ditadura militar iria resolver os problemas das questões agrárias em meio a tantas revoltas? A solução para esta questão foi à criação de projetos de colonização, já que o sul e sudeste viviam em conflito. Por que não ocupar os espaços vazios? Esses espaços escolhidos foram a Amazônia e a região Centro-Oeste.

De acordo com Oliveira (1996, p. 21) o percentual de terra aproveitável e não explorada no Brasil era de 41%. Desse total, 81% pertenciam à região norte, 59% à região nordeste, 54% a sudeste, 29% à região sul e apenas 17% à região centro-oeste. O cerrado neste período, não era considerado próprio para a agricultura, ficando apenas as áreas do norte do Mato Grosso próprias para esta atividade, que se localizam na Amazônia Legal⁴.

Muitos trabalhadores rurais sem-terra, especialmente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, migraram para as regiões de colonização às margens das grandes rodovias: Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho. Para Araújo (1985, p. 39) “reforma agrária como política agrícola está voltada para uma melhoria nas relações de trabalho e produção do meio rural brasileiro, por isso, o mínimo que poderíamos esperar é que houvesse uma grande transformação”. Assim como todo trabalhador rural sem-terra que vive em acampamentos à espera de uma distribuição digna da terra.

Porém, os projetos de colonização impostos pelos governos militares não deram certo, em virtude de vários problemas, como a distância dos centros urbanos, péssimas estradas, a falta de assistência em saúde, educação e escoamento da produção, sem mencionar que os governantes não pensaram nas alterações dos modos de vida das populações indígenas, caboclas e, até mesmo, a população urbana do local.

Muitos se apossaram das terras públicas e formaram extensos latifúndios, dando origem aos novos sem-terra oriundos de outros lugares e do próprio local. Com a expulsão da população local e com a falta de recursos por parte do governo, os projetos oficiais como povoamento às margens da rodovia BR-364, mais conhecido como a “Marcha para o Oeste” e

⁴ Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro, abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins, e partes do Mato Grosso ao norte do paralelo 16° e Maranhão a oeste do meridiano 44° (CÁUPER, 2006, p. 25).

outros, nos estados de Mato Grosso e Rondônia que quando implantados, não vingaram e, os que ficaram, acabaram comprando as terras dos que migraram na esperança de uma vida melhor, apenas com a passagem de volta ao seu lugar de origem. O Estado preferiu a colonização pelas empresas, pois estas fundavam agrovilas⁵ com toda a infraestrutura necessária para o funcionamento e, em troca, recebiam financiamentos e favores fiscais (MÜLLER, 2006).

Com o fim da ditadura militar, os camponeses tinham a esperança no governo de Tancredo Neves, eleito em janeiro de 1985, apesar de não ter sido eleito pelo voto direto, mas, enfim, depois de 21 anos de ditadura assumia um presidente civil.

Tancredo Neves faleceu em março de 1985 e, em seu lugar assumiu José Sarney no período de 1985 a 1990 que nomeou José Gomes da Silva⁶ para assumir o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)⁷, entregando um plano intitulado Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)⁸, que beneficiava posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados e minifundiários. No entanto, o que foi aprovado no Congresso Federal foi muito diferente do que havia sido proposto, ao passo que a bancada do congresso era composta basicamente de ruralistas.

Conforme afirma Veiga (1990, p. 102), “de forma bem resumida, pode-se dizer que ela (a reforma agrária) consiste essencialmente num ato de transferência de terra de um grupo social para outro. Essa transferência de terra pode envolver a propriedade da terra ou somente o direito de uso”. Porém, para os acampados a terra não pertence a ninguém, simplesmente as pessoas passam por ela, sua luta pela reforma agrária vai muito além, pois também combate a pobreza. Sua base social é constituída por famílias pobres (BARREIRA, 2014, p. 69), que não possuem alternativa imediata de sobrevivência, a não ser a ocupação de terras, assim, pobreza de alimentos, água, infraestrutura, postos de saúde, educação, respeito, autoestima e autonomia, conjugam-se com uma reforma agrária diferenciada, pois os latifundiários se vão para dar lugar a outros que mais necessitam dos benefícios que a terra possa lhes proporcionar.

Durante o mandato do Presidente da República José Sarney foram criados os dez mandamentos da Reforma Agrária no Brasil, conforme enumera Oliveira (1996, p. 93):

⁵Núcleo populacional instalado à margem de estradas de desbravamento, como a Transamazônica, e destinado a atividades agrícolas. Dicionário *on-line* de português (2015).

⁶José Gomes da Silva, Doutor em Agronomia assumiu o Incra em 1985 durante o governo do José Sarney. Nota da autora.

⁷Incra é o órgão específico de execução da Reforma Agrária e a ele caberá, através de suas Diretorias Centrais e Regionais implementar o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), os Planos Regionais e os Projetos de Reforma Agrária. Ver (BRASIL. D. O. U., 1985, p.15198).

⁸Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. Ver (BRASIL. D. O. U., 1985, p.15198).

I – Quem produz nada tem a temer. A Reforma Agrária não violentará de maneira nenhuma a propriedade.

II – A Reforma Agrária busca o equilíbrio da riqueza no campo e o aumento da produtividade.

III – A Reforma Agrária é um projeto político de alcance nacional, não um conceito técnico ou um exercício de afirmação ideológica.

IV – É impossível o País avançar sem que se faça uma reforma profunda de estrutura fundiária. Nenhuma nação moderna estabilizou-se institucionalmente sem resolver seu problema agrário.

V – Aplicar o Estatuto da Terra é respeitar o homem do campo e assegurar aos milhões de brasileiros o direito de sofrer a mais degradante das privações humanas, que é a fome. Desenvolvendo a agricultura, garantido a ocupação aos lavradores, vamos ter, também, nossas indústrias produzindo mais, é o trabalho vencendo o desemprego nas cidades.

VI – O direito à propriedade é ameaçado quando o Estado ou indivíduos concentra imensas áreas improdutivas e ainda impedem que outros nelas produzam.

VII – Queremos justiça no campo. A Reforma Agrária tem o objetivo de harmonizar os conflitos no campo para acabar com a injustiça e a violência nesse setor, incompatíveis com os ideais da conciliação, com os ideais cristãos e com a formação do povo brasileiro.

VIII – A Reforma Agrária não inicia uma guerra ou abre uma fenda. Ao contrário, estamos trabalhando pelos mecanismos da convivência pacífica. A Reforma Agrária busca a paz e não a discórdia.

IX – A Reforma Agrária complementa a política agrícola para que se cumpra a função da terra, a de produzir para uma sociedade que se urbanizou de modo que possamos ter comida barata para nosso povo.

X – A Reforma Agrária democratiza a propriedade, tornando-a acessível a milhões de brasileiros. PAZ NA TERRA (OLIVEIRA, 1996, p. 93).

Nos mecanismos de desapropriação de terras que inclui propriedades produtivas de qualquer tamanho, os sem-terra respeitam a propriedade privada, pois muitas das ocupações acontecem somente quando as duas partes – proprietários e trabalhadores rurais - estão interessadas. Para os sem-terra, a reforma agrária não extingue ou combate à propriedade privada, pelo contrário, amplia o número de proprietários e estimula a produção e a produtividade na formação de novos assentamentos. Onde antes era improdutivo ou pouco produtivo, passa-se a ser fonte de renda de muitas famílias (BOGO, 1999).

Os projetos de reforma agrária caminham lentamente, esbarrando na burocracia política de órgãos responsáveis, e impedindo que muitas famílias tenham direito à propriedade. A esperança de todos os sem-terra é que se cumpram todos os dez mandamentos, principalmente nos itens IX e X, porque a maioria dos alimentos hortifrutigranjeiros vem da pequena propriedade. Ao final do mandato do governo de José Sarney haviam sido assentadas apenas 6% do total previsto pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que pretendia beneficiar em sua criação 1,4 milhão de famílias (OLIVEIRA, 1996; MORISSAWA, 2001).

Do mesmo modo, o governo de Fernando Collor de Melo (15 de março de 1990 a 02 outubro de 1992) não evoluiu na questão agrária. De acordo com Morissawa (2001, p. 109) priorizavam-se as privatizações e as multinacionais e, com relação ao povo brasileiro confiscou-se a poupança, num governo marcado por corrupções, esquemas e escândalos. Neste momento, o povo saiu às ruas e exigiu “Fora Collor” que resultou no *impeachment* do presidente.

Com a saída definitiva de Collor, assume o vice Itamar Franco em outubro de 1992, dando continuidade às políticas de privatizações do governo anterior. Nesse cenário, a população passava por crises e as reivindicações continuaram. Como tentativa para a economia, estabeleceu-se o Plano Real, instalado pelo seu então ministro Fernando Henrique Cardoso. Quanto à questão agrária, quatro anos após aprovada a Constituição Federal de 1988, aprovou-se a Lei Agrária nº. 8.629, criando mecanismos que aceleram os processos de desapropriação e forçando ao judiciário um prazo máximo de 120 dias, para a decisão de desapropriação ou não de uma determinada propriedade.

Assim, retiveram-se, momentaneamente, os protestos na luta pela terra, passando o acampado a criar nova esperança que a sua situação fosse resolvida, não sabendo que a burocracia no tramite da regularização dos sem-terra nos acampamentos para um possível assentamento, seria novamente estabelecida com o descaso, à desatenção e toda forma de impedimento possível. Todo trabalhador rural sem-terra que estava em um acampamento à espera de uma decisão para onde seria assentado, sabia que este prazo de 120 dias, ficou somente como direito no papel (FERNANDES, 1996; MORISSAWA, 2001; OLIVEIRA, 1996).

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso (presidente no período de 1995 a 2002) assume a presidência da república com meta de assentar 280 mil famílias, mas sem interferir no desenvolvimento da agroindústria capitalista. Na realidade, quase conseguiu atingir seu objetivo realizando os projetos de assentamentos, no entanto, os sem-terra assentados nem sequer receberam um auxílio no início desta nova fase de vida. Estes novos proprietários se tornaram os novos endividados no mercado financeiro, pois sem incentivo algum por parte do governo, contraem empréstimos com terceiros e parentes. Era visível que os novos assentados não estavam conseguindo se manter na terra, que já não mais satisfazia as suas necessidades, bem como de seus familiares (MORISSAWA, 2001).

No final dos anos 1980 e, início dos anos 1990, a agricultura familiar ou agricultura de pequenos produtores, estava em debate juntamente com o desenvolvimento do Brasil e os movimentos sociais na luta pela terra, que fizeram com que o Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁹ viesse a ser instaurado pelo governo, que, para os críticos atuais, ainda é colocado como relevante política pública direcionada à agricultura familiar. No referido programa, para cada assentado era disponibilizado um crédito e, posteriormente, poderia adquirir o custeio oferecido pelo banco como complemento, podendo iniciar sua produção na nova propriedade (MATTEI, 2005).

Sabendo que a agricultura familiar possui um papel importante na economia das famílias que moram no campo e nas cidades, o Pronaf veio no intuito de fortalecer a linha de produção agrária e, desde a sua aprovação, vem ajudando na agregação de valores, proporcionando desenvolvimento na produção da agricultura familiar, conforme reflete Abramovay (1998, p. 253):

(...) esta é uma das razões pelas quais as políticas públicas para a agricultura capitalista contemporânea tendem a incorporar elementos que não são exclusivamente econômicos: o meio ambiente, a luta contra o abandono no campo, o estímulo à diversificação das atividades produtivas são preocupações incompatíveis com o mercado como instância social organizadora. (...) mas decorre exatamente do caráter público de que se revestem as principais decisões concernentes a vida dos agricultores: é nítida aí a tendência do Estado de traçar sua política agrícola não em função dos objetivos puramente econômicos, mas também levando em conta as necessidades de valorização do meio rural (ABRAMOVAY, 1998, p. 253).

Para os assentados do Incra, esse projeto disponibiliza importantes linhas de créditos, como: Pronaf Custeio A/C, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Agroindústria Custeio, Pronaf Mulher, entre outros, que vem auxiliar os pequenos proprietários nas diversas formas de renda que o campo lhe proporciona.

Neste governo, também foi criada a reforma agrária de mercado, voltado à transação comercial diretamente do proprietário e as associações criadas pelos sem-terra, funcionando conforme discute Morissawa (2001, p. 113): “o proprietário vendedor receberia, à vista, o pagamento pela terra e pelas benfeitorias existentes. A associação de trabalhadores rurais e/ou de minifundiários assumiria o débito do crédito fundiário no valor estabelecido na transação”. Esta foi uma política apoiada pelo Banco Mundial que criou o Banco da Terra ou Fundo de Terra e Reforma Agrária¹⁰ e tem por finalidade financiar os imóveis rurais diretamente aos interessados, e, nesta perspectiva, os sem-terra acampados às margens das rodovias há anos,

⁹Decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996. Dispõe sobre a instituição do PRONAF. Ver (BRASIL, D. O. U., 1996, p. 11.854).

¹⁰Decreto nº 2.622, de 9 de junho de 1998. Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, e dá outras providências. Ver (BRASIL. D. O. U., 1998, p. 1).

viram a possibilidade de saída do seu sofrimento e a conquista do seu “pedaço de chão” e direitos fundamentais.

Nessa perspectiva, os movimentos que resistiram, continuaram na luta com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva (governo de 2003 a 2010). Nessa ocasião, divulgava-se na mídia uma “nova revolução agrária”, sem conflitos sociais, onde os pequenos proprietários receberiam como auxílio o Pronaf, no início da produção, cuja linha de crédito é destinada para que o assentado possa comprar animais e/ou uma pequena produção agrícola. No entanto, no primeiro ano de um assentamento não há infraestrutura adequada para produzir e, não havendo produção e não conseguindo saldar o crédito, ficam endividados nos bancos, tornando assim, a função social da terra inviável (NASSIF, 2010; GUANZIROLI, 2007).

Nesse governo, permitiu-se a especulação imobiliária, porém, os novos proprietários endividados, mesmo vendendo o lote, não conseguiam saldar suas dívidas com o referido programa, perpetuando-as. Apesar dos avanços inquestionáveis proporcionados pela expansão do Pronaf, este programa tem se mostrado insuficiente para reverter às estruturas sociais e econômicas, em que se encontram uma proporção significativa dos agricultores familiares de determinadas regiões do país.

Pensando na conquista da terra, os sem-terra criaram associações de pequenos produtores e financiaram a terra para o trabalho. Estes movimentos diminuíram os acampamentos, e, como consequência, enfraqueceram a luta. Oliveira (2013, p. 71) destaca um recuo, ou talvez, um novo arranjo dos movimentos sociais, já desde o final do governo de Fernando Henrique Cardoso:

(...) foi com paciência que os camponeses inscreveram-se como candidatos à beneficiários da reforma agrária virtual pelos correios, lançada no final do governo de FHC. Agora aguardam que o governo Lula cumpra também parte da lei, assentando os mais de 800 mil inscritos. Outros mais de 170 mil foram para os acampamentos e ocupações, pois não podem mais continuar esperando esta reforma agrária que não vem. Assim, enquanto ela não ocorre, a luta continua a marcar os campos do país, e não há nenhum sinal de que ela vá diminuir; ao contrário, o surgimento de novos movimentos sociais indica que continuará a crescer. A queda de ocupações no final do governo de FHC significou recuo tático, acúmulo de forças e retorno à luta (OLIVEIRA, 2013, p. 71).

E Oliveira (2013, p. 72) ainda finaliza o pensamento sobre os movimentos sociais, no final do século XX, discutindo que:

(...) para mudar o mundo, é necessário tomar o poder, e, já no poder, organizá-lo como melhor convém ao mundo, isto é, como melhor convém a quem está no poder. Pensamos que, se mudarmos a maneira de ver o poder, afirmando que não queremos tomá-lo, isto produzirá outra forma de fazer política e outro tipo de político, diferente do que sofremos hoje em todo o espectro, esquerda, centro, direita e as variações que haja (OLIVEIRA, 2013, p. 72).

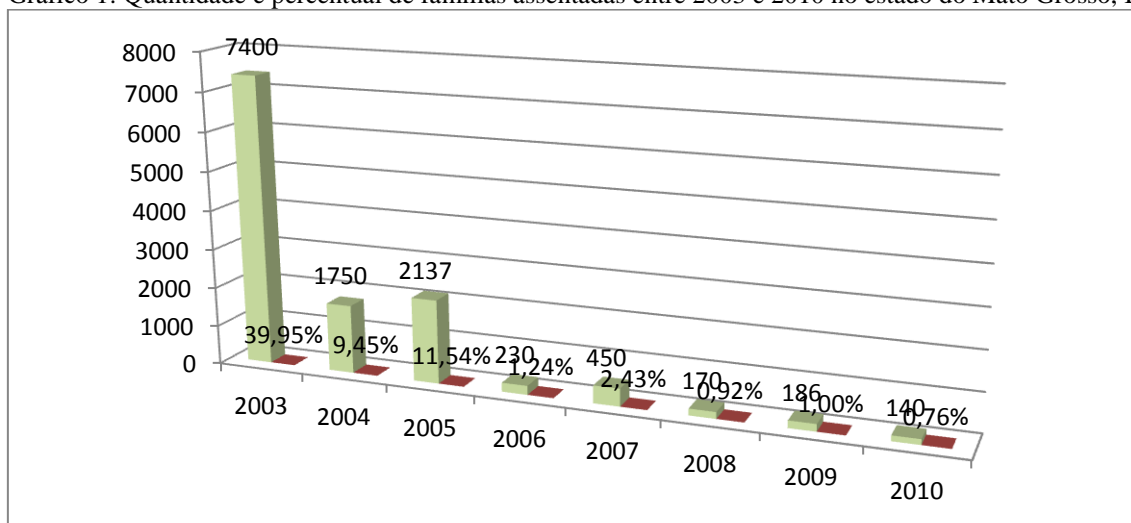
Os movimentos de lutas pela terra são marcados pela popularidade, ou seja, são movimentos de massas populares e, assim, vistos como um segmento que urge de uma política pública de caráter popular (FERNANDES, 2013), que forçou os governos a implementação de vários assentamentos e a redução de famílias acampadas às margens de rodovias ou em ocupações.

Quando, o governo popular assume a presidência da república, apoiado pelos trabalhadores sem-terra, viu-se diante do consenso de que a reforma agrária almejada há séculos, não iria acontecer tão cedo, devido aos interesses estabelecidos pela lógica capitalista, que envolvem diversos segmentos que dominam o poder e, que não pretendem perder sua posição no cenário mundial, privilegiando assim, as camadas sociais mais favorecidas (BRANFORTH, 2010).

O Brasil entra em um novo contexto político, a partir do ano de 2000, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva. Esse novo cenário político efervesceu os movimentos socioterritoriais que, com a entrada de um governo popular, esperavam a desapropriação e criação de mais assentamentos. Nesse sentido, as ocupações se intensificaram entre os primeiros anos do governo Lula.

Durante esse período, os assentamentos continuaram a ser instalados minimamente, diminuindo a ocupação às margens das rodovias, no entanto, a reforma agrária não ocorreu como a expectativa dos movimentos, assim, as ocupações caíram nos anos seguintes, devido à desistência das famílias acampadas. O que pode ser considerado como avanço sobre a questão agrária, é que nos assentamentos já existentes, os assentados puderam ter acesso a alguns financiamentos e custeios para a melhoria das condições de produção e vida do povo assentado. Nesse contexto, acompanhando a trajetória dos trabalhadores rurais sem-terra, bem como as tentativas de reforma agrária no Brasil, o estado do Mato Grosso apresentou uma diminuição considerável, entre os anos de 2003 e 2010, de famílias assentadas, conforme expressa o Gráfico 1.

Gráfico 1: Quantidade e percentual de famílias assentadas entre 2003 e 2010 no estado do Mato Grosso, Brasil.



Fonte: DATALUTA (2014).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

Ao analisar o Gráfico 1, observa-se que, no primeiro ano de mandato do governo Lula houve um ápice nas ocupações de assentamentos no estado de Mato Grosso, e, no ano seguinte, uma queda significativa e, nos anos subsequentes, a continuidade de quedas representativas, demonstrando uma fragilidade nos movimentos de luta pela terra. Estar em um acampamento de sem-terra é resistir a toda dificuldade de se morar embaixo de lona.

Neste sentido, muitas famílias ao se sentirem oprimidas com o descaso do poder público e sem auxílio algum, diminuíram drasticamente as ocupações. Para os assentados, a vida melhorou pouco, enquanto que, para os acampados a dinâmica não evoluiu, pois a mesma vida embaixo da lona continuou como nos primeiros acampamentos, até os dias atuais, no entanto, mesmo com pouco incentivo, a luta pela terra não deixou de existir.

Outro fato a se analisar com relação à minimização dos movimentos na luta pela terra foi o programa de governo "Um Brasil para Todos" baseado nas ideias de crescimento econômico, geração de empregos e diminuição das desigualdades, tanto no campo, quanto nas cidades, favorecendo milhões de brasileiros que, ao se inserirem em um dos programas do governo, tiveram uma perspectiva de melhoras econômicas em sua renda familiar. O programa Bolsa Família¹¹ e o Pronaf são exemplos, dentre tantos outros programas oferecidos pelo governo Lula, que trouxeram para as camadas sociais menos favorecidas um auxílio significativo (GUANZIROLI, 2007).

Mesmo com o fortalecimento da agricultura familiar e apoios assistenciais, a questão da reforma agrária neste período de governo não avançou, devido principalmente à

¹¹Lei 10.836/2004 e regulamentada pelo decreto nº 5.209/2004. Ver (BRASIL, D. O. U., 2004, p. 3). MST. Posição sobre a inclusão de acampados no Bolsa Família. 6 jul., 2009 (MST, 2009).

burocracia, estímulo a grande propriedade e o monopólio na agricultura. Com o desenvolvimento do agronegócio a resistência dos sem-terra nos acampamentos se tornou fragilizada e, portanto, com menor expressão (ABRAMOVAY; VEIGA, 1998).

Neste sentido, discute Santos (2007, p. 61):

(...) que é essa reforma agrária da qual tanto se fala, mas cujos resultados praticamente não se vêem? A sua necessidade é reconhecida e mesmo instituições internacionais que defendem o capitalismo em qualquer circunstância recomendam-na, como, por exemplo, o Banco Mundial. Todavia, entre os capitalistas brasileiros, uma parcela importante nem enxerga o lado econômico da questão, pois a reforma agrária iria ajudar a própria modernização do capitalismo. Aferrados uns ao que consideram um direito, a propriedade de grandes latifundiários improdutivos, outros por mal-entendida solidariedade com o credo capitalista, opõem-se a qualquer movimento no sentido de repartir as terras excedentes e entregá-las aos milhares de camponeses sem-terra que não pedem outra coisa senão o direito de trabalhar. Enquanto isso, o governo se mostra incapaz de implementar até mesmo a sua tímida proposta, enquanto, em todos os Estados, conflitos violentos revelam a extensão e a profundidade do problema, e a urgência de lhe encontrar uma solução (SANTOS, 2007, p. 61).

O entendimento do papel das ocupações só é alcançado se os acampamentos forem inseridos no debate com toda a sua complexidade. Vendramini (2005) enfatiza que a organização da vida no acampamento coloca novas rotinas para os acampados em todos os sentidos, exigindo um novo aprendizado em relação à forma de viver. Isto ocorre porque a organização em comissões e núcleos exige do indivíduo uma forma coletiva de vida e organização; assim, experiência de vida coletiva do acampamento seria um elemento essencial na organização do futuro assentamento. O acampamento também é apontado como sendo um espaço de expressão e organização da política coletiva.

Assim, o vivenciar o cotidiano num acampamento de sem-terra representa a privação de necessidades básicas de sobrevivência, esperando-se que um dia possam ser sanados os problemas de quem vive embaixo da lona, para isso, é preciso que se veja o lado de quem luta pelo direito a terra, ao trabalho e à vida. A tão esperada reforma agrária, continua na utopia, enquanto os governos criam projetos que apenas minimizam os problemas do homem do campo que serão discutidos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 - PROPOSTAS E DESAFIOS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO INCRA, INTERMAT E SEDRAF (1996-2008)

Com relação aos projetos de assentamentos no estado de Mato Grosso, estruturaram-se basicamente três órgãos oficiais que gerenciam a instalação e o assentamento das famílias no campo, sendo: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Sedraf).

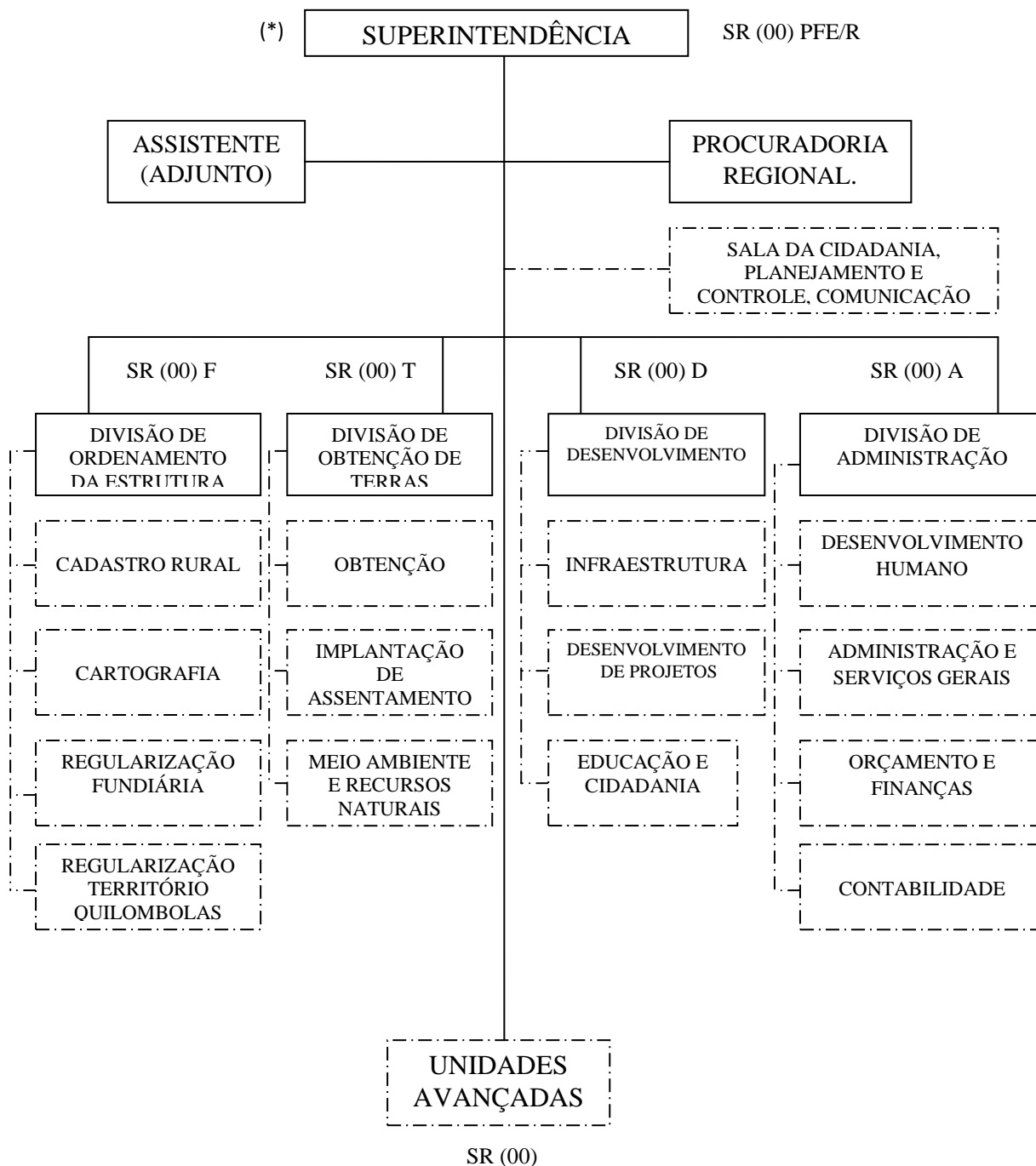
Todo o processo de vivência pelo qual passa o sem-terra, até a sua instalação no assentamento é complexo, pois a implementação dos Projetos de Assentamentos (PAs), pode levar anos para ser concluída. Inicialmente o Incra toma conhecimento da ocupação e faz os primeiros levantamentos dos sem-terra ocupantes. Posteriormente, são ouvidas as reivindicações dos ocupantes daquela área – o que pode ou não ser atendido – em relação à ajuda de custo (cesta básica), água e estrutura física para os barracos. A questão da instalação do assentamento é a parte demorada, e, para que aconteça, monta-se um projeto com o nome do acampamento existente, que, por vezes, a área ocupada nem sempre será parcelada, na maioria dos PAs, a área futura a ser demarcada fica distante do lugar escolhido (LEITE, 2012).

O Incra é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente implantado em todo o território nacional, por meio de 30 (trinta) Superintendências Regionais (SRs)¹², órgãos descentralizados, responsáveis pela coordenação e execução das ações do Incra nos estados.

¹²São responsabilidades das SRs o planejamento, coordenação, orçamento e administração, bem como a manutenção, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do Incra. As SRs são: Acre – SR 14, Amazonas – SR 15, Roraima – SR 25, Oeste do Pará – SR30, Sul do Pará – SR 27, Amapá – SR 21, Pará (Belém) – SR 01, Rondônia – SR 17, Tocantins – SR 16, Mato Grosso – SR 13, Goiás – SR 04, Distrito Federal – SR 28, Mato Grosso do Sul – SR 16, Maranhão – SR 12, Piauí – SR 24, Ceará – SR 02, Rio Grande do Norte – SR 19, Paraíba – SR 18, Pernambuco – SR 03, Médio São Francisco – SR 29, Alagoas – SR 22, Sergipe – SR 23, Bahia – SR 05, Minas Gerais – SR 06, Espírito Santo – SR 20, Rio de Janeiro – SR 07, São Paulo – SR 08, Paraná – SR 09, Santa Catarina – SR 10 e Rio Grande do Sul – SR 11 (BRASIL, 2015).

O Fluxograma 01 apresenta a estrutura administrativa padrão de cada uma das 30

SRs:



(*) Todas as superintendências regionais têm a mesma estrutura básica. A distinção em SR do tipo I, II ou III se dá em função do número de cargos de assessoramentos. (das 102.1) que cada um dispõe.

Fluxograma 01: Estrutura administrativa das Superintendências Regionais (SRs) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).

Fonte: Incra (2015).

Conforme BRASIL (2015), cada SRs segue as diretrizes estratégicas para a implementação da reforma agrária, tendo como seguimentos:

Primeira Diretriz - O INCRA implementará a reforma agrária promovendo a **democratização do acesso à terra** através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da **regularização fundiária** de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país, contribuindo para o **desenvolvimento sustentável**, para a **desconcentração da estrutura fundiária**, para a **redução da violência e da pobreza no campo** e **promoção de igualdade**.

Segunda Diretriz - O INCRA implementará a reforma agrária de **forma participativa** reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo para o **fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada**.

Terceira Diretriz - O INCRA implementará a reforma agrária de forma a **fiscalizar a função social dos imóveis rurais**, contribuindo para a capacitação dos(as) assentados(as), o **fomento da produção agro ecológica de alimentos** e a **inserção nas cadeias produtivas**.

Quarta Diretriz - O INCRA implementará a reforma agrária buscando a **qualificação dos assentamentos rurais**, mediante o licenciamento ambiental, o acesso à infraestrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes, contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo.

Quinta Diretriz - O INCRA implementará a reforma agrária pela destinação das terras públicas, **demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas** e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária, mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais, contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2015).

Dentro destas diretrizes são criados os assentamentos pelo Incra, sendo o local que antes pertencia a um proprietário, passa a ser parcelado e entregue a famílias sem condições econômicas para adquirir um imóvel rural. Estes assentamentos visam dar condições de moradias e produção familiar para os que antes viviam em precárias condições de vida, e os assentados só podem dispor do lote com a autorização do Incra. Para esta autarquia, de acordo com BRASIL (2015):

(...) a quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. Com algumas exceções, os assentados moram em casas construídas dentro do lote onde desenvolvem suas atividades rurais. Além das unidades produtivas e de moradia, o assentamento conta com áreas comunitárias e espaços para construção de igrejas, centros comunitários, sede de associações e ainda locais de preservação ambiental cercados e protegidos. Cada lote em um assentamento é uma unidade da agricultura familiar em seu respectivo município e demanda benefícios de todas as esferas de governo, como escolas (municipal e estadual), estradas (municipal), créditos (federal e estadual), assistência técnica (estadual e federal), saúde (municipal) e outros. Algumas dessas ações para o desenvolvimento e consolidação do assentamento são executadas por iniciativa e com recursos do INCRA através de parcerias com os governos locais e outras instituições públicas (BRASIL, 2015).

Os assentamentos criados têm que possuir o mínimo de condição para o acesso e manutenção dos lotes, como estradas e locais para a convivência (reuniões comunitárias), e nas áreas de preservação ambiental, pode ser uma porção que servirá para o coletivo e/ou individual em cada lote, dependendo das condições do terreno e disposição da vegetação. Os demais espaços como igrejas e postos de saúde, serão construídos com o passar do tempo do assentamento, porém, existem assentamentos criados a mais de dez anos que somente possui uma estrutura básica para o acesso, ficando no descaso do poder público, conforme afirma Sparovek (2003, p. 169) que “mais da metade dos assentamentos não tinham estradas internas ou meios de transporte público”.

Após a fase de início do assentamento, o Incra teria que repassar às famílias beneficiadas os primeiros créditos para a compra de ferramentas e insumos para o plantio, mas, normalmente, é uma transferência morosa. São ações que devem ser desenvolvidas pelo Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que é realizado pelo Incra no intuito de orientar o desenvolvimento do assentado, fazendo um diagnóstico da realidade local e apresentando propostas para a melhoria da comunidade (BRASIL, 2015).

Com os entraves nas transferências de recursos, o PDA não é dispensado no mês em que o assentado foi para o lote, podendo levar até um ano para ser disponibilizado. Neste sentido, Carter e Carvalho (2003, p. 300) afirmam que as famílias beneficiadas terão, quando atendidas, melhorias em suas condições de vida, pois:

(...) apesar da hostilidade dos setores adversos à reforma agrária, das omissões na assistência do Estado e a precariedade de muitos assentamentos, a formação dessas comunidades tem apresentado avanços importantes para o desenvolvimento rural no Brasil. (...) Os resultados das principais pesquisas científicas sobre assentamentos revelam que a criação desses territórios auspiciou substanciais melhorias nas condições de vida das famílias beneficiárias (...) (CARTER; CARVALHO, 2003, p. 300).

Nesta perspectiva de melhorias na condição de vida é que os sem-terra acampam e se tornam assentados, e, com isto, contribuem com as economias locais. Bergamasco e Norder (2003) verificaram que nas localidades onde existe um número maior de assentados, constatou-se um crescimento da população do campo ou, no mínimo, a redução do êxodo rural.

No estado do Mato Grosso, a Secretária de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Sedraf), criada com a Lei Complementar nº. 13, de 16 de janeiro de 1992, dispõem de diversos programas e instituições vinculadas, como o Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) e o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea), que auxilia o pequeno produtor e os assentados de reforma agrária, na manutenção e no aumento da produção realizada dentro dos assentamentos.

O Intermat foi instituído pela Lei de n.º 3.681, de 28 de novembro de 1975 e objetiva atuar na execução da política fundiária do estado, bem como na regularização fundiária rural, mediante ocupação e legitimação de posse, proporcionando aos interessados o título de domínio da área. O Intermat possui uma política de mediação de conflitos fundiários, onde procura evitar a violência entre as partes envolvidas e buscar alternativas para a solução das demandas (HIGA, 2005).

O Incra juntamente com o Sedraf e o Intermat legitimam a posse da terra para os que estão acampados e, formam assentamentos no intuito de diminuir as ocupações. Conforme o Quadro 01, em um período de dez anos foi criado doze assentamentos, totalizando 582 famílias assentadas nos municípios de estudo: Guiratinga e Pedra Preta. Dentre estes, 8 foram criados, 1 em criação, 1 em consolidação, 1 em instalação e 1 em estruturação.

Quadro 01: Assentamentos com mais de dez anos de criação na região sudeste, Mato Grosso

Projeto de Assentamento (PA)	Município	Capacidade	Famílias assentadas	Data de Criação	Fase do PA
PE Tarumã 1	Guiratinga	20	20	14/10/1997	Assentamento em criação
PA Dois Irmãos	Guiratinga	60	57	18/06/1998	Assentamento em estruturação
PA Santo Antonio	Guiratinga	62	60	28/12/1998	Assentamento criado
PCA Mateirinha	Guiratinga	27	27	10/11/1999	Assentamento criado
PA Santo Antonio do Norte	Pedra Preta	48	45	10/02/2000	Assentamento criado
PA Wilson Medeiros	Pedra Preta	108	106	29/08/2000	Assentamento criado
PE Tarumã 2	Guiratinga	24	18	04/10/2000	Assentamento em instalação
PA Salete Strozak	Guiratinga	39	30	04/06/2001	Assentamento em consolidação
PA São José Operário	Pedra Preta	35	28	04/12/2001	Assentamento criado
PA Vale do Prata	Pedra Preta	100	96	29/03/2004	Assentamento criado
PA Frei ServacioSchult	Pedra Preta	35	35	29/03/2004	Assentamento criado
PA 26 de janeiro	Pedra Preta	62	60	03/03/2005	Assentamento criado

Fonte: Incra (2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O.

Quadro 02: Assentamentos com menos de dez anos de criação na região sudeste, Mato Grosso

Projeto de Assentamento (PA)	Município	Capacidade	Famílias assentadas	Data de Criação	Fase do PA
PA Furnas	Pedra Preta	62	47	28/05/2005	Assentamento criado
PA Vista Alegre	Pedra Preta	17	17	23/11/2005	Assentamento criado
PA Monte Azul	Pedra Preta	120	89	09/08/2007	Assentamento criado
PA 28 de Dezembro	Pedra Preta	42	35	22/12/2008	Assentamento criado

Fonte: Incra (2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O.

Analisando os Quadros 01 e 02, observa-se que nestes períodos, o município com número menor de assentamentos criados foi Guiratinga, com 212 lotes, porém, no município de Pedra Preta foram assentados o maior número de famílias, com 558 lotes, e, observando o Quadro 2, Pedra Preta foi beneficiado com a implantação de novos assentamentos.

De acordo com o Incra (2015) os assentamentos criados são realizados por meio da publicação de uma portaria, na qual constam dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão dados para sua implantação.

Definido o imóvel, a questão volta-se para o desenho do projeto: localização, dimensionamento, distribuição dos lotes (DULLEY; CARVALHO, 1994), e, posteriormente à criação, dá-se início a fase de instalação, onde o Incra distribui as famílias no local. Sabe-se que, as áreas destinadas ao parcelamento dos lotes não são totalmente homogêneas, mesmo

aquelas que apresentam um quadro natural favorável, podem ter em seu interior áreas diferenciadas, de forma que a divisão dos lotes pode ter diferenciações no desenvolvimento do assentamento como um todo.

Como apontam Guanzirollet al. (1998) na divisão dos lotes, considerando apenas a área que cada um recebe, favorece-se a diferenciação econômica interna e direcionam-se as perspectivas produtivas de cada assentado, em função das características de sua área, sendo assim, procura-se compensar os que recebem solos mais fracos por meio da destinação de lotes maiores.

Entretanto, a própria pressão dos sem-terra e/ou novos assentados para ampliar o número de beneficiários, pode levar a um subdimensionamento dos lotes ou a ocupação de áreas de preservação, caracterizando o que Dulley e Carvalho (1994) chamam de contradição entre o interesse social imediato e o de longo prazo. Esta lógica pode remeter a implicações na preservação do espaço natural, onde para o novo assentado, o que lhe interessa é a utilização de todo o lote, pois, em longo prazo, o espaço degradado se tornará inviável para a produção.

No entanto, os resultados do parcelamento final nem sempre são satisfatórios a todos os acampados, sendo que alguns não alcançam a almejada terra, devido ao aumento da área dos lotes.

Os que foram beneficiados, ainda na fase de implantação, irão receber os primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos utilizados no plantio de alimentos, até que cada família seja encaminhada para seu lote. Já, na fase de consolidação, o assentamento terá que possuir uma certa infraestrutura socioeconômica, acompanhada por assessoria técnica e treinamento, por parte dos parceiros do Incra (Empaer e Sindicatos Rurais), visando a promoção da sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como a estabilidade social e a conquista da cidadania das famílias. Dentre as modalidades de assentamentos, o Incra dispõe de dois grandes grupos, de acordo com os Quadros 03 e 04:

Quadro 03: Modalidades de projetos criados pelo Incra

GRUPO I - Modalidades de Projetos criados pelo INCRA atualmente*		
MODALIDADE	SIGLA	CARACTERÍSTICAS
Projeto de Assentamento Federal	PA	Obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito. Apoio a instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	Obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito; Apoio a instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	Projetos de assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.); Obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito. Apoio a instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União.
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	É uma modalidade de assentamento, voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à região norte; A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal; Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso. O INCRA, em conjunto com IBAMA, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicarão áreas próprias para implantação dos PAF's.
Projeto de Assentamento Casulo	PCA	Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União; A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União; Aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e Municipal; Diferencia-se pela proximidade à centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas; Titulação de responsabilidade do município.

Fonte: Incra (2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O.

*Conforme portarias e resoluções disponíveis em Brasil (2015).

Quadro 04: Modalidades de áreas reconhecidas pelo Incra

Grupo 2 - Modalidades de áreas reconhecidas pelo INCRA*		
Modalidade	Sigla	Características
Projeto de Assentamento Estadual	PAE	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas; Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica; O INCRA reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas.
Projeto de Assentamento Municipal	PAM	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios; Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade dos municípios; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica; O INCRA reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; Titulação de responsabilidade dos municípios.
Programa Nacional de Crédito Fundiário (antigo Programa Cédula da Terra)	PCT	Projeto de Assentamento criado pela União com a participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS , onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação; Os beneficiários recebem financiamento específico destinado a obtenção dos recursos fundiários e implantação da infra-estrutura básica. A seleção dos beneficiários de responsabilidade do Governo Federal; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União; Direcionados para regiões de difícil obtenção de terras por meio da desapropriação.
Reservas Extrativistas	RESEX	Reconhecimento pelo INCRA de áreas de Reservas Extrativistas - RESEX como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambiental federal ou estadual quando da criação das RESEX.
Território Remanescentes Quilombola	TRQ	Decretação da área pela União visando a regularização e o estabelecimento de comunidades remanescentes de quilombos; Aporte de recursos para a obtenção de terras, créditos e infra-estrutura feito pela União por meio de ações integradas com a Fundação Palmares e outras instituições.
Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto	PPF	Projetos criados pelo Estado ou Municípios; Esses projetos são reconhecidos pelo INCRA como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao Pronaf A.
Reassentamento de Barragem	PRB	A implantação é de competência dos empreendedores e o Incra reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) e Pronera.
Floresta Nacional	FLONA	A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambiental federal quando da criação das FLONAS.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS	De competência do IBAMA; São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (Pronaf A); O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex.

Fonte: BRASIL (2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O.

*Conforme portarias e resoluções disponíveis em BRASIL (2015).

Além das modalidades apresentadas, o Incra já criou e tem cadastrado em seu Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (Sipra) os Projetos de Colonização (PC), os Projetos Integrados de Colonização (PIC), os Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Colonização Particular (PAP), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e Projetos de Assentamento Conjunto (PAC). Todas essas modalidades deixaram de ser criadas a partir da década de 1990, quando entraram em desuso. Eram previstas ainda outras modalidades que, no entanto, nunca foram criadas.

Dentre as modalidades de assentamentos nos municípios de estudo, a maior parte é beneficiada com a modalidade Projeto de Assentamento Federal (PA), onde é de inteira responsabilidade do Incra a criação do assentamento, desde a seleção das famílias a serem beneficiadas, até a infraestrutura e titulação das terras a serem entregues.

No entanto, tem-se um assentamento na modalidade de Projeto de Assentamento Casulo (PCA), que se diferencia pela proximidade do centro urbano e toda a infraestrutura e titulação é realizada pelo município. Existem ainda, dois assentamentos no município de Guiratinga, que foram instalados na modalidade de Projeto de Assentamento Estadual (PE), criado e implantado pelas Secretarias de Agricultura Estaduais, também com um formato reconhecido como projeto de reforma agrária e recebe os mesmos créditos que um PA, como Pronaf e custeios.

Nas áreas investigadas é comum se deparar com assentamentos na modalidade de Programa Cédula da Terra (PCT), criados pela Secretária de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Sedraf) e União, por meio da compra e venda, sem desapropriação, também chamados de assentamentos do Banco da Terra, com infraestrutura provinda do governo estadual, cuja seleção e titulação são de responsabilidade da União, bem como os créditos e custeios. Toda forma de criação de assentamento é bem vista aos olhos do sem-terra, pois, para ele e sua família o que importa é o seu lote, de onde sairá o seu sustento.

No estado do Mato Grosso são desenvolvidos todos os projetos de assentamentos reconhecidos pelo Incra, dependendo da região e da área a ser requerida pelos sem-terra. Nos dados do Incra (2015) o estado possui um total de 546 assentamentos com o número de 83.578 famílias assentadas em uma área (ha) de 6.083.617,95. Deste total, 457 assentamentos foram criados com mais de dez anos e somente 89 assentamentos têm menos de dez anos.

Este universo nos revela que, por mais que a luta pela terra continue, a morosidade e a precariedade das políticas públicas em relação às questões agrárias, ainda é entrave determinante para o desenvolvimento da agricultura familiar, almejada pelos sem-terra

embaixo de lona. A luta pela terra e os obstáculos de criação de novos assentamentos é constante, e tem-se nas ocupações a sua materialização(MARTINS, 1981).

Cada acampamento que começa na luta pela terra, materializa-se em forma de assentamento, ressoando no sonho que o sem-terra tem em possuir um lote, que possa lhe oferecer condições de uma vida melhor. Reafirma-se a ocupação como forma principal de luta e instiga-se a resistência perante as dificuldades impostas pela vivencia embaixo da lona. Por outro lado, demonstra-se a ampliação da noção de reforma agrária: não basta mais apenas conquistar a terra, é preciso lutar por boas condições de vida.

Enquanto, não são disponibilizados os créditos fundiários para que o assentado possa trabalhar na terra, as necessidades básicas familiares continuam a existir. O trabalhador rural vê na terra, além de sua satisfação material, um valor afetivo, que representa além de um simples meio de produção ou uma mercadoria. Na verdade, encara a terra como um lugar de vida e de trabalho, ou seja, o seu lugar de identidade.

Portanto, ao ser assentado o trabalhador rural tem as mínimas condições necessárias de vida, contrapondo-se a sua situação anterior de sem-terra, quando reinava perante ele e sua família as inseguranças e as incertezas, ou seja, as vicissitudes da precariedade da vida, aspectos que serão discutidos a seguir, no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - OS ACAMPAMENTOS DE SEM-TERRA COMO TERRITÓRIOS DE VIDA E ESPERANÇA: ORGANIZAÇÃO, VIVÊNCIAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A partir de observação *in loco* verificam-se, atualmente, acampamentos de sem-terra com número representativo de pessoas e famílias cadastradas¹³ que fazem o barraco no acampamento, mas que somente os frequenta, nos fins de semana, ou mesmo, quando há reuniões das lideranças onde se divulgam comunicados com relação ao acampamento. Essa lógica é aceita por parte das lideranças e acontece no intuito de fortalecimento do grupo, uma vez que a permanência dentro do acampamento é difícil, devido às precárias condições de moradia, trabalho, renda, educação, saúde e locomoção, e outras necessidades básicas. O acampamento, mesmo com todas as suas dificuldades, ainda possui um considerável número de famílias vivendo e sobrevivendo, com esperança no anseio de obter a terra desejada.

Na perspectiva de inserção e formação dos grupos, Fernandes (1999, p. 64) afirma que “a forma de organização dos acampamentos e dos grupos de famílias se percebe em dois tipos: movimentos “isolados” e movimentos “territorializados”. Esses movimentos, por sua vez, têm como referência a organização social e o espaço geográfico. As ocupações podem ser desenvolvidas por meio dos seguintes tipos de experiências: espontâneas e isoladas, organizadas e isoladas, organizadas e espacializadas. As experiências são sempre formas de luta e resistência, porque inauguram um espaço, na luta pela terra, que é o acampamento. A quantidade de famílias envolvidas varia de pequenos a grandes grupos.

De acordo com o referido autor, as ocupações isoladas e espontâneas acontecem, na maior parte, por pequenos grupos, numa ação singular de sobrevivência, quando algumas famílias ocupam a área sem anteceder-se uma forma de organização social. Entram na terra em grupos e, pela própria necessidade, passam a constituir um movimento social. O caráter de espontaneidade está no fato de não haver uma preocupação anterior em se construir uma forma de organização, o que acaba por acontecer, ou não, no processo de ocupação. Essas ocupações podem resultar em um movimento social isolado, como é o caso das famílias que

¹³No acampamento é comum cadastrar um número maior de famílias do que realmente existe dentro da área ocupada, porque quanto maior a lista dos cadastrados, maior será a pressão para a implantação do assentamento. Nota da autora.

foram assentadas no Assentamento São José Operário, em São José do Planalto, distrito do município de Pedra Preta, Mato Grosso.

As ocupações organizadas e isoladas são realizadas por pequenos movimentos sociais de um ou mais municípios, notadamente, com poucos integrantes, porém, também ocorrem em grupos de maiores proporções. As famílias formam o movimento antes de ocupar a terra. Organizam trabalhos de base, realizando várias reuniões até a consumação de suas reivindicações. As tendências desses movimentos são: esgotar-se depois da conquista da terra ou transformar-se em movimentos territorializados, como é o caso dos assentamentos do Banco da Terra, em todo o estado do Mato Grosso, pois, ao se “territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços” (FERNANDES, 2005, p. 32).

Os dois tipos de ocupação mencionados são frutos da espacialidade e da territorialidade da luta pela terra, pois diferem das ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais, que executam ocupações organizadas e especializadas, como é o caso do Movimento dos Sem-Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados (MTA) e outros que, ao longo dos anos, se firmaram na luta pela terra e acumularam conhecimentos resultantes de experiências trazidas de outros lugares. Estes estão contidos em um projeto político amplo e podem fazer parte de uma agenda de lutas.

A experiência da ocupação no processo de territorialização é um aprendizado. É da construção de conhecimentos nas realidades dos grupos de famílias e das lutas de referência, que se aprende a fazer as próprias lutas. Dentre os diversos movimentos sociais, no estado do Mato Grosso, delimitou-se como universo desta pesquisa, o movimento que está instalado nos municípios de Guiratinga e Pedra Preta, na região sudeste de Mato Grosso, o MTA, com dois acampamentos, um na cidade de Pedra Preta e outro na cidade de Guiratinga¹⁴ conforme apresenta-se na Figura 1.

¹⁴A existência dos acampamentos de sem-terra e sua localização foram obtidas, através do I Encontro dos Acampamentos de Sem-terra no Sul de Mato Grosso, realizado juntamente com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Movimentos Sociais na Luta pela Terra: Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados (MTA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a realizada, nos dias 05 e 06 de abril de 2014, em Rondonópolis, Mato Grosso. Nota da autora.

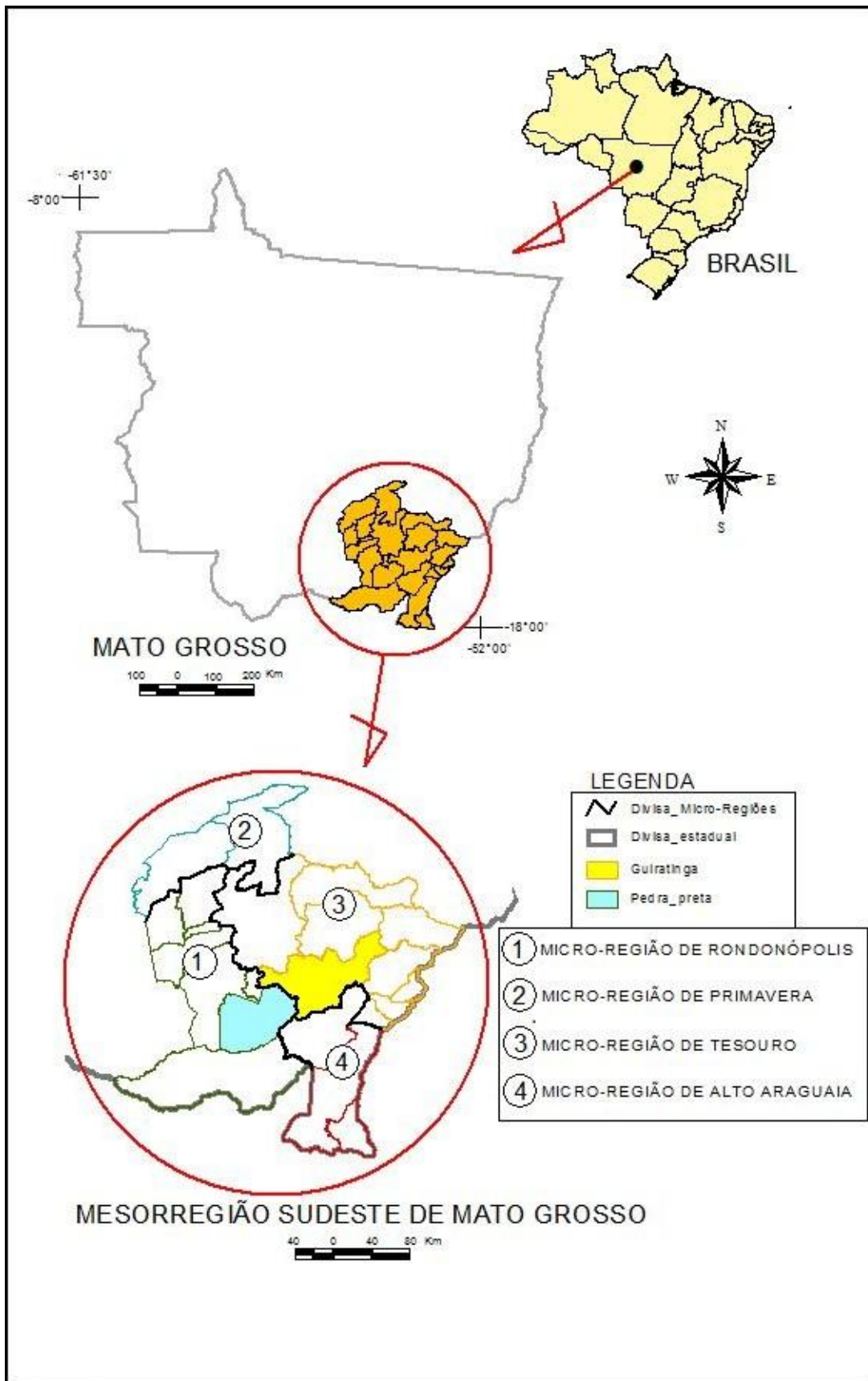


Figura 01: Delimitação da mesorregião sudeste do estado do Mato Grosso

Fonte: Intermap – Base MT (2011) / IBGE (2011)

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

Comp. gráfica: NOGUEIRA FILHO, R. A. (2015)

No I Encontro dos Acampamentos de Sem-Terras no Sul de Mato Grosso, realizado no ano de 2014, evento organizado pelos próprios acampados, Sindicato Rural e Pastoral da Terra, observou-se nas diversas dinâmicas realizadas com os participantes, realidades bem diferentes das vivenciadas nas cidades, como, por exemplo, a organização das moradias e formas de convivência, as questões relacionadas à saúde dentro do acampamento e as políticas que impedem a criação de novos assentamentos. Neste evento, reuniram-se os moradores dos acampamentos, lideranças de movimentos na luta pela terra e representantes dos sindicatos rurais, debatendo sobre a atual situação dos sem-terra e procurando apontar suas dificuldades, e, posteriormente, buscando apoio para a criação dos assentamentos, e, paralelamente, discutindo sobre o posicionamento da sociedade sobre estes grupos.

A postura de criminalização das ocupações representa a ação de se esquivar de um problema social, político e econômico que elas representam, condenando famílias que lutam pela recriação de sua existência, como trabalhadores e cidadãos e, concomitantemente, aceitando os interesses do agronegócio e o processo de intensificação da concentração da terra, determinando, dessa forma, um descaso social. Por isso, é necessário compreender que a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, no sonho da conquista da terra. São trabalhadores desafiando o Estado que, sempre representou os interesses da burguesia agrário-capitalista. Martins (1986, p. 63) expressa que, se antes a terra era de exploração, agora passa a ser de disputa, pois, “é a terra, a disputa pela terra, que traz para confronto direto camponeses e fazendeiros, (...) o governo, por seu lado, tem uma clara diretriz de desmobilização dos grupos populares que lhe fazem oposição”.

Por isso, o Estado só responde sob a pressão dos trabalhadores, apresentando políticas públicas que, pelo menos teoricamente, pretendem atenuar os processos de exploração e da expropriação, conforme exemplifica Oliveira (1998, p. 14): “no acampamento, camponeses, peões e bóias-frias, encontram na necessidade e na luta a soldagem política de uma aliança histórica”. Mais que isso, a evolução da ação organizada das alianças entre os bóias-frias, abre novas perspectivas para os trabalhadores. Neste pensamento, Martins (1998, p. 67) nos atenta sobre os embates políticos e sociais em relação à luta pela terra, destacando que

(...) o enquadramento dos conflitos por diferentes grupos sociais e políticos tem sido um fator de “pré-politização” de tais conflitos. É possível demonstrar que diferentes grupos, políticos e “não-políticos” (ou parapolíticos), como os partidos e a igreja, no seu entorno e em suas disputas, na diversidade e até no antagonismo de suas orientações, têm contribuído para manter as lutas populares no campo em um nível relativamente estacionário de impotência política (MARTINS, 1998, p. 67).

A princípio, a origem das lutas pela terra está na espontaneidade, na formação de grupos que se unem por uma busca e realização familiar e não de origem política. Estes embates se dão em decorrência dos interesses de ambos os lados, assim, estes grupos são independentes e tem autonomia própria. Nas palavras de Ribeiro (2010) autonomia e liberdade são elementos comuns que aparecem nas falas dos que buscaram um ‘pedaço de chão’ para viver, quase sempre estando relacionadas a fatos que se remetem ao trabalho na cidade ou na terra alheia. Esse tipo de trabalho sempre é visto como algo não realizador e, quase sempre, encarado como um peso, um sofrimento, por parte do trabalhador rural.

Por outro lado, o espaço da terra é visto como o local para a realização de outro modo de vida, que lhes permita, com a posse da terra, autonomia e liberdade. Estas são muito caras a esses homens e mulheres, sendo elementos mobilizadores para a entrada na luta pela terra (RIBEIRO, 2010).

Porém, após a instalação no acampamento, as famílias procuram, ao mesmo tempo, reorganizar suas vidas, seu trabalho, ou seja, reorganizam seu modo de vida. A vida no acampamento é complexa para quem não tem quem os ajude, como parentes e pessoas próximas de si. É comum nos acampamentos, como primeiras providências de subsistência, a plantação de roças com hortas, feijão, milho, mandioca, criação de porcos e galinhas, atividades domésticas em fazendas vizinhas, venda de pequena produção, trabalhos em cidades próximas ao acampamento e outras (FERNANDES; NEVES, 2012).

Por algum período, os agricultores acampados recebem do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) uma “cesta básica”, que chega esporadicamente, mas que podem ser canceladas a qualquer momento.

Os acampados, quando estão engajados na luta e, já tem o mínimo de conhecimento da lida no campo se unem para um bem comum, formam associações para a geração de renda, através da venda de galinhas, porcos, leite, queijos, e outros, para feiras nas cidades próximas. Os saberes e experiências articulados com as praticas tradicionais de preparos dos produtos caseiros e, a diversificação de cultivos e criações de pequenos animais fazem com que a produção artesanal coletiva, venha configurar uma associação de mini-produtores que garantirá rendimento para as famílias, conseguindo com isso, aumentar as expectativas de crescimento e, no futuro, a posse definitiva da terra, via mudança de acampamentos para assentamentos, e a posse da documentação necessária para dizer que são os donos da terra (CRISTOFFOLI, 2012).

Mesmo após a estruturação do assentamento, as associações e cooperativas continuam atuando, com apoio das entidades de classes e de órgãos como a Empresa

Matogrossense de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (Empaer) e os Sindicatos Rurais que, muitas vezes, contribuem com treinamento e aperfeiçoamento de técnicas de criação e manejo de tais meios de produção. Isso alavanca o crescimento e diminui de forma sustentável, a diferença socioeconômica, entre as famílias que vivem no campo e na cidade. Neste sentido, Cristoffoli (2012, p. 161) afirma que,

(...) a cooperação deve promover a organicidade de base, mediante a constituição de núcleos de associados, viabilizando e estimulando a participação política das pessoas, a conscientização e a superação das desigualdades sociais e econômicas (CRISTOFFOLI, 2012, p. 161).

Com essas políticas de inserção das famílias de assentados, eleva-se a fabricação de produtos naturais e sustentáveis, visto que uma parcela da sociedade dá grande valor a esses produtos e a esse meio de vida. A esse modelo dá-se o nome de “Agricultura Familiar”, cujos membros da família participam, desde a produção, a comercialização e os benefícios oriundos deste processo, conforme afirma Neves (2013, p. 33) ser a “forma de organização da produção que se perde no tempo e espaço, e/ou forma moderna de inserção mercantil”¹⁵.

Desde tempos remotos a sociedade vive em conflitos por um espaço de terra para prosperar e crescer. Essas lutas com o passar dos anos se intensificaram em áreas onde a produtividade de alimentos em geral, estava em poder das classes privilegiadas. Essas terras pertencentes aos poderosos eram negociadas em busca de valorização, de troca e de especulação, deixando a produtividade de alimentos e, conseqüente renda, em segundo plano. Conforme apontam Carvalho e Costa (2012, p. 30): “no Brasil, a produção de alimentos para o mercado interno, apesar de ser considerada pelos valores dominantes como o resultado de uma agricultura subalterna, torna-se cada vez mais uma opção estratégica para se alcançar a soberania alimentar do país”.

Essa posse de terras por “especuladores” e não por produtores, desencadeou uma revolta campesina em diversos países. Baseada nessas revoltas houve a criação de vários movimentos de luta pela posse dessas terras, que se alastraram por todos os cantos do mundo, criando uma força política de tamanho imensurável. E, com isso, também foi criada uma força opositora de grande relevância (MORISSAWA, 2001).

A luta pela terra de forma geral tornou-se também uma luta de classes, onde, de um lado, ficam os proprietários de extensões de terras e, de outro, os trabalhadores rurais,

¹⁵Sobre este tema ver também Abramovay, 1992; Bergamasco, 1993; Lamarche, 1993; Francis, 1994 e Wanderley, 1999.

normalmente, pouco qualificados e, em muitos casos, nas mãos de políticos oportunistas. Existe certo consenso na sociedade urbana atual, que os movimentos de luta pela posse da terra atuam como “marionetes” nas mãos dos políticos que só “querem se promover”.

Muitos usam a imagem dos sem-terra para dizer que serão ajudados por ele, ou mesmo, que a sua situação será resolvida, enfim, as promessas são muitas e, quando finalmente, os sem-terra são assentados, não foi pela ação do político, mas sim, por sua luta e persistência que obtiveram reconhecimento. Esses trabalhadores rurais se mobilizam e se movimentam constantemente sempre em busca de sua causa. Nesta perspectiva, para Iasi (2014) ao Estado dirige-se toda a política agrária para o agronegócio, tornando-se assim, um aliado central na governabilidade e na direção da política econômica.

A falta de qualificação profissional da maioria dos que lutam em movimentos pela terra, tornou-se um balizador das novas batalhas por sua posse. Os latifundiários, em sua maioria, se defendem, dizendo que não vai adiantar nada colocar a terra nas mãos daqueles que não sabem lidar com ela (MARTINS, 1980).

Normalmente, os que lutam pela posse da terra têm a seu favor a oportunidade, apesar da falta de estudo, com a posse da terra, de provar para a sociedade e para a modernização do capitalismo, o seu real valor e, que podem ser úteis na produção de alimentos e renda.

Os sem-terra normalmente estão agrupados em regiões de difícil acesso e sem nenhuma estrutura para uma vida digna. A luta dessas pessoas vai muito além da posse da terra e da formação do assentamento, pois reivindicam que seus filhos e futuras gerações recebam das autoridades constituídas, educação, saúde e infraestrutura, para que ali possam se fixar definitivamente e continuar sua vida (MARTINS, 2003).

Nas batalhas pela terra, há casos em que as associações de acampados, se comprometem politicamente na esperança de conseguir aquilo que tanto almejam. Notadamente, as lideranças batalham junto aos órgãos públicos para regularizar, mesmo que momentaneamente, aquele espaço, dando aos acampados a esperança de que algo melhor está por vir.

A luta pela terra é uma luta de toda família, onde participam também o idoso, a mulher e as crianças, sendo estas atuantes no entender de Stédile (1997, p. 29) “como sujeitos participantes do movimento social de luta, assim como o universo produzido, a partir de um conflito social, que atua na construção da experiência infantil”. Percebe-se que outros atores sociais também ocupam um lugar relevante no movimento social. “Nesta perspectiva, temos que enxergar o movimento sem-terra para além do seu caráter de movimento de massas de

cunho sindical, popular e político que luta por terra, reforma agrária e mudanças na sociedade” (MORISSAWA, 2001, p. 214).

Nesta direção, as crianças vivenciam os “percalços da vida à beira do asfalto”. A perspectiva de ser “patrão de si mesmo” e a luta pela terra são anseios deixados de herança por seus familiares. Na luta pela reforma agrária, elas representam simbolicamente as aspirações infantis de todos os excluídos deste país. No tempo de espera no acampamento, a luta pela terra, o trabalho e as brincadeiras são atividades com características particulares no cotidiano das crianças e dos jovens.

Silva, Felipe e Ramos (2012, p. 418) focalizam as crianças do campo como sendo integrantes sociais, pois

(...) inscrevem-se, como todas as crianças, em relações sociais complexas, na medida em que participam da simultaneidade dos tempos sociais que constitui o mundo global. Elas são sujeitos que atuam no mundo e são afetados por ele. Assim falar de infância no campo, das crianças concretas que o habitam, é inexoravelmente falar de sujeitos do mundo, integrados a lugares, e sujeitos que a globalização uniu, partilhando de seus dramas e tragédias, realidades e fantasias (SILVA; FELIPE; RAMOS, 2012, p. 418).

As crianças sem-terra acabam participando de todas as atividades que os adultos fazem, e, em algumas ocasiões, acompanham os pais quando não se tem com quem deixar os filhos. No cotidiano das atividades da família e até nas assembleias, passeatas e trancamento de rodovias, as crianças são vistas como parte integrante da massa. Muitas dessas crianças, que passam por todo o processo de luta, nem sequer são vistas por quem está do lado de fora do movimento, pois é mais simples olhar para o todo, do que individualizar os sujeitos (SILVA; FELIPE; RAMOS, 2012).

Algumas crianças, além de ficarem adultas precocemente, sofrem com seqüelas trazidas pela necessidade do trabalho. Além de ajudar no trabalho familiar, as crianças acampadas conversam e brincam. No acampamento de sem-terra, o lúdico infantil desperta imaginação, sonhos, pureza e regadas de simplicidade. São as mais variadas brincadeiras, como cantigas de roda, esconde-esconde, pula-corda, amarelinha, jogo de bola no campinho improvisado; outras utilizam a imaginação e representam apresentadores de televisão, cantores e, muitas vezes os próprios líderes, se vendo como uma liderança e, acreditando que o representante dos sem-terra é uma pessoa importante e eles querem ser importantes também, conforme discutem Silva, Felipe e Ramos (2012, p. 421):

(...) a relação com o brincar é um elemento que permite estabelecer distinções, situar os sujeitos no mundo, e por isso pode dizer que, em relação às crianças do campo, a brincadeira se realiza, também com que elas produzem, com os recursos disponíveis, processo que liga a brincadeira à criação (SILVA; FELIPE; RAMOS, 2012, p. 421).

No acampamento, muitas atividades oferecem oportunidades para que elas possam experimentar o mundo longínquo de seu domínio, que contém regras sociais e comportamentos diferenciados, fazendo com que reflitam sobre sua posição no mundo social e, que se posicionem como lutadoras por uma vida digna.

Também estudam, acompanham a rotina dos adultos no trabalho sazonal, nas reuniões do movimento social, no planejamento e na execução de situações estratégicas que permitirão a conquista da terra prometida. De forma singular, ensaiam seus futuros papéis e valores na terra, espelham-se nas observações e nos ensinamentos dos experientes.

Concomitantemente, os jovens vivenciam sonhos, dramas, expectativas como os demais moradores do acampamento, conforme discute Castro (2012, p. 439): “a juventude do campo é constantemente associada ao problema da ‘migração do campo para a cidade’. Contudo ‘ficar’ ou ‘sair’ do meio rural envolve múltiplas questões em que a categoria jovem é construída e seus significados, disputados”.

Os jovens são sujeitos atuantes e participantes da mesma luta, mesmo que invisíveis aos olhos de quem passa pelo acampamento sem qualquer identidade com este universo. Estes jovens não perderam o vínculo familiar, ajudando suas famílias no sustento e permanência e resistindo às diversas dificuldades por eles vividas. Ribeiro (2013, p. 41) comenta:

(...) algumas pessoas argumentam que a maioria dos jovens que vivem nas áreas rurais não está interessada em retornar ao duro trabalho com a terra. Mas seria destino ou imposição do capital, enquanto uma relação social apropriadora do trabalho, da terra e da ciência, que os inventos, no caso, os destinados a dinamizar a produção agrícola, a reduzir e a facilitar o trabalho do agricultor estejam associados às grandes propriedades? Seria o destino dos trabalhadores ou imposição do capital que não sejam criadas condições econômicas, sociais e culturais junto com a posse da terra, que estimulem os jovens a dar continuidade ao trabalho de seus pais? Seria destino dos jovens e adultos trabalhadores ou imposição do capital, enquanto uma relação social, que haja um contingente cada vez maior de jovens e adultos trabalhadores, nas periferias urbanas, que não encontram empregos amparados pela legislação trabalhista? (RIBEIRO, 2013, p. 41).

Estas respostas são complexas, pois envolvem as relações de poder, dos grandes latifundiários, dos grupos empresariais dominantes, do governo, dos interesses do agronegócio, das elites internas e externas e da sociedade civil que tenta se organizar

reivindicando a formulação de políticas públicas que estabeleçam um mínimo de dignidade nas relações com o trabalho rural e seus envolvidos.

É fato que as cidades estão cheias de jovens desempregados e a busca por um novo emprego representa um desafio. Diversos programas governamentais tentam auxiliar a juventude a se inserir no mercado de trabalho, porém, essa lógica não representa apenas a dificuldade em se colocar no campo profissional, mas, perpassa pela educação e profissionalização do indivíduo (RIBEIRO, 2013).

A modernização chegou ao campo, mas não beneficiou ainda quem vive na realidade dos acampamentos. As pessoas envolvidas reclamam da burocracia do Incra na demora em regularizar documentação, nas vistorias para a liberação de posse das fazendas ocupadas e, até mesmo, na regularização do assentamento, após serem entregues os lotes, as verbas para moradia e pequenos projetos de renda familiar ficam parados nos bancos. Nos assentamentos criados, no início de seu parcelamento, as famílias recebem pouco “auxílio” para o que se tem a fazer na terra, a fim de viabilizar sua produção.

A realidade do trabalhador rural é expressa por Kautsky (1986, p. 18):

(...) onde quer que exista uma propriedade agrícola, também se encontra segurança, confiança futura, aquela independência que asseguram a felicidade ou garante a virtude. É o lavrador que come o próprio trigo e bebe de acordo com as suas necessidades de seu próprio consumo, que veste a roupa do próprio linho que ele mesmo cultivava ou com a lã de sua própria criação e é aquele que pouco se importa com os preços do mercado, pois poucas coisas têm para comprar ou vender, não sendo por isso nunca arruinado pelas crises que afetam o comércio (...). *Sua pequena propriedade é uma verdadeira caixa econômica, sempre disposta a capitalizar pequenos lucros, a valorizar seus momentos de lazer (...).* O camponês vive intensamente essa experiência feliz de sua união com a propriedade (...) (KAUTSKY, 1986, p.18).

Sem a reforma agrária é impossível se pensar em democracia, pois, dela depende a atuação dos movimentos sociais camponeses, ampliando a participação socioeconômica de trabalhadores rurais em busca da cidadania plena. A formação de acampamento representa um processo complexo para a família, cuja decisão altera toda uma vida e esperança de recomeço. O objetivo comum de conseguir um lote faz de um acampamento de sem-terra um lugar único, ou seja, um território.

Para se entender a luta pela terra e a sobrevivência dentro de um acampamento de sem-terra, parte-se da ideia de que esta é uma luta pela construção de territórios de esperança onde pretende-se “na vida ter um pedaço de chão para seu próprio sustento” (PONTIN; BORGES, 2008, p. 8).

O acampamento constitui-se num espaço em que as famílias trabalhadoras sem-terra se organizam e ocupam, enquanto aguardam ser assentadas, ou seja, é uma importante ferramenta de reivindicação e, é considerada uma forma de luta e resistência, pois “(...) representa formas inéditas de manifestação dos movimentos sociais de luta pela terra” (ALMEIDA, 2003, p. 55).

Assim, fica o entendimento de que se trata de um momento de luta e reivindicação dos trabalhadores sem-terra. Então, ao conceituar território aplicado à Geografia Agrária, na perspectiva da luta pela terra, incorpora-se a esperança como fundamental para a transformação social. Nesse sentido, analisa-se às ocupações dos sem-terra, na perspectiva de uma busca por um espaço que, ao se tornar um assentamento, possa proporcionar uma vida melhor ao sem-terra que estava acampado.

O espaço compreendido, segundo Santos (1996) é o socialmente produzido e transformado, por meio do trabalho humano, ou ainda, como o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço. No entanto, espaço geográfico e agrário não constituem algo dado, pronto ou acabado, mas sim, algo dinâmico, produto da ação dos homens e das relações que se estabelecem entre si, que coabitam, proporcionando daí inserções diferentes no lugar, bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares (SUERTEGARAY, 2001).

Na dinâmica do espaço, é necessário entender que o mesmo é anterior ao território, sendo este resultado de uma ação conduzida pelo homem, que se apropria de um determinado espaço concreta ou abstratamente, transformando-o em seu território. O sem-terra no acampamento faz do espaço apropriado o seu território e Raffestin (1993) assim coloca que,

(...) o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Porém, o conceito de território, se apresenta como um entreposto relevante, sobre as ações sociais e suas inflexões nas relações entre os homens e a posse da terra, devendo ser definido em sua dimensão relacional que faz com que não possa ser tomado por um conceito estanque, mas sob a dimensão de movimento e fluidez.

3.1 VIDA E ESPERANÇA NA DINÂMICA TERRITORIAL

Ao denominar o território, Ratzel (1985) nos diz que este seria a expressão legal e moral do Estado, a conjunção do solo e do povo, na qual se organizaria a sociedade.

Por isso, sua territorialidade associa uma identidade específica, presumindo que não existiriam subdivisões ou contradições internas a um Estado determinado, fixo no tempo e no espaço, cujas características só poderiam ser modificadas sob o uso da força, visto neste sentido como “espaço vital”, que, do mesmo modo, significa para os sem-terra, onde somente com a criação do assentamento definitivo leva-se ao acampado uma melhora na sua condição de vida, concretizando, assim, o desejo de se tornarem proprietários de um espaço e, portanto, em determinado grau de desenvolvimento, conquistar seu território.

Ao focalizar a questão, Haesbaert (1997) reforça a relevância de se trabalhar com o território em um viés de integração das dimensões sociais-territorial, que deverá ser capaz necessariamente de abarcar tanto “a dimensão espacial concreta das relações sociais”, quanto “o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que também move essas relações¹⁶. Nesta perspectiva, o acampado tem no território a identidade espacial como produto da apropriação, feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço.

O próprio Haesbaert tenta sistematizar a apreensão do território em três vertentes básicas: a jurídica-política; a cultural(ista); e a econômica. Na primeira, o território, é tratado como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder (BORDO, 1999; SILVA et al., 2004).

A de natureza cultural(ista) foca as dimensões simbólicas e subjetivas, estabelecendo o território como produto da apropriação via imaginário e/ou identidade social sobre o espaço, valorizando a relação do homem com a natureza (sentido e sensibilidade).

E, por fim, a econômica “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 1997, p.40). Ainda discute sobre um território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, que desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p.2).

¹⁶SANTOS, M. **Território e Sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 46.

Assim, o território pode ser visto como lugar, segundo Callai (2000, p.121), “um lugar apresenta como uma das suas características a linearidade da ocupação – a sua horizontalidade – a expansão do uso do solo a partir de atividades específicas de cada lugar”, então, um espaço ocupado pelo sem-terra se torna para si o lugar/território e, significa muito mais que o sentido geográfico de localização, valorizando-se os tipos de experiência, as necessidades e a segurança (RELPH, 1979).

No que se refere ao conceito de território, vários autores se destacam, distinguindo-o de espaço. Para Raffestin (1997, p. 59) o espaço é anterior ao território e o território se forma a partir do espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, em que se revelam as relações de poder, isto é, o “território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos”.

Já, para Souza (2005, p. 79) o território é definido e delimitado como um espaço a partir da relação de poder, indiferente de sua gênese (recursos naturais, identidade e cultura). Isto é, “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?” nos trás a ideia de existir, no mesmo espaço, territórios com funções diferentes nas diferentes escalas espaciais e temporais.

Para Fernandes (2008, p. 4) a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço. Essa fratura se dá com base na intencionalidade. Para ele, “os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora e/ou que usa o conceito”. Diante disso, o fato é que o território deixou de ser visto apenas enquanto essência do Estado.

Nos territórios de luta pelos sem-terra, tem-se na ocupação, a forma de apropriação de um espaço que, anteriormente apresentava-se com pouca ou nenhuma utilização, e, posteriormente, apreende-se a partir da busca de uma identidade e de um existir. Nestas experiências de ordenamento territorial, empreendidas por grupos sociais culturalmente diferenciados, possibilitam-se espaços de discussão onde os posicionamentos dos atores sociais saem da invisibilidade, para se expressarem como uma voz destoante do padrão mercadológico que pauta a apropriação do espaço.

Na vivência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar, pois, o que antes era indiferente para a maioria, passa a ter para os que estão embaixo da lona, relevância. Para Tuan (1983) o lugar é uma área que foi apropriada afetivamente, transformando um espaço indiferente em lugar, o que por sua vez implica na relação com o

tempo de significação deste espaço em lugar. Portanto, "o lugar é um mundo de significado organizado" (TUAN, 1983, p. 198).

A discussão a respeito do conceito de território apresentada até o momento, busca estabelecer um diálogo com a ideia de territórios provisórios, estabelecida com a existência de acampamentos em território capitalista, para, posteriormente, adentrar na ideia de “território de esperança” como indica Moreira (2007). É importante ressaltar que o poder do Estado, utiliza-se de seus órgãos institucionais para imprimir um modelo dominante, conforme propõe Oliveira (1999, p. 74) sobre o conceito de território:

(...) deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...) (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Com estes pressupostos o conceito “território de esperança”, parte da preocupação em entender a diferença existente entre as porções do espaço não-produtivo, definidas de um modo geral como “território”, buscando, com isso, diferenciá-los como espaços de luta pela terra e pela sobrevivência nela conquistada, com uso de novas possibilidades de acesso pela via institucional.

Nesse sentido, as escalas geográficas particulares e dos territórios sociais apontam para uma variedade de maneiras de viver, de se relacionar com os elementos naturais, além de peculiaridades políticas e culturais, que contrariam o fluxo linear da constituição territorial e, por conseguinte, sinalizam para a existência, segundo Harvey (2009, p. 11) para os “desenvolvimentos geográficos desiguais”, ou seja, os acampamentos surgem de maneira desigual dentro dos espaços, não sendo organizados por uma lógica do espaço geográfico, e sim, a partir das necessidades e materialização da luta pela terra.

Neste sentido, Moreira (2007, p. 8) constrói o conceito de “Território de Esperança”, como sendo:

(...) aquele conquistado e construído: pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura. Na verdade, trata-se de um novo território, *construído com base na utopia e na esperança*, “Território de Esperança” (...) carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” (MOREIRA, 2007, p. 8).

A ideia de “território de esperança”, ainda se encontra em construção. Para Moreira (2011, p. 4) corresponde tanto à porção do espaço “conquistada e construída pelas lutas de resistência e de ocupação promovidas pelos trabalhadores sem-terra, como aquela resultante da luta de resistência, recriação e consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa.

Assim, ainda de acordo com Moreira (2011, p. 4) o acampamento de reforma agrária seria uma fração do “território de esperança”, o qual

(...) não se trata, pois, de um território fruto de uma ruptura promovida por um processo revolucionário, mas pode se constituir numa possibilidade transformadora. Por isto ele só pode ser entendido como parte integrante de um processo. Daí o Território de Esperança se constituir num território em movimento, vivo, que experiência um processo contínuo de (re) criação, (re) definição, (re) delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas (MOREIRA, 2011, p. 4).

Para se compreender o que se passa em um acampamento de sem-terra, onde diferentes pessoas almejam um objetivo comum, ou seja, a posse da terra fez-se necessário recuperar e discutir diferentes concepções de território. Ao se unirem durante os períodos de acampamento, em área específica, as famílias sem-terra, juntamente com o movimento MTA, envolvidas no processo de luta pelo acesso a frações do território dominado pelo capital, discutem as possibilidades de uso da terra, no intuito de construir moradias e plantar alimentos, e, assim, transformar um pedaço de terra, em um território de esperança e, com isso, mostram-se prósperos por adquirirem um pedaço de chão que, num futuro espera-se próximo, poderá ser definido como um território definitivo.

Portanto, a ideia de posse da terra, para os sem-terra, é diferente da concebida pela lógica capitalista. Enquanto para o sem-terra, a posse da terra representa a possibilidade de ter onde morar, produzir e garantir a subsistência familiar; para os capitalistas, a posse tem como meta transformar a terra em uma máquina lucrativa a serviço da reprodução do capital.

O grande entrave que desestabiliza a organização dos sem-terra na fase de acampamento encontra-se justamente no longo período de espera, ao qual são obrigados a se submeterem (na maioria dos casos, morarem) próximos à área pela qual estão lutando. Muitas das famílias desistem e os que optaram por ficar resistem aos impasses e dificuldades. Assim, o conceito de “Territórios de Esperança” que está sendo construído, pode ser aplicado no âmbito da pesquisa realizada, pois o acampamento nasce da resistência dos sem-terra em permanecerem na terra onde vivem e trabalham.

Mesmo com a justiça se posicionando favorável aos interesses do latifúndio, a união dos sem-terra é vital para a conquista da terra. Nessa perspectiva geográfica, o conceito de território nos possibilitou o entendimento sobre a disputa entre propriedade privada e propriedade camponesa, bem como sobre a luta entre capital e trabalho no campo. O território, portanto, pressupõe relações sociais de poder, por isso os acampamentos de sem-terra são considerados como ponto inicial na luta pela terra, onde famílias se organizam em busca de um recomeço e de uma nova perspectiva de vida.

Nesta expectativa, o próximo capítulo apresentará os resultados da presente pesquisa, buscando interpretar as realidades vivenciadas por estes grupos, bem como suas perspectivas e sonhos, conquistas e avanços em suas lutas pela vida.

CAPITULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao buscar o conhecimento sobre os sem-terra na microrregião de Rondonópolis, depara-se com dois lugares que chamam a atenção, ao se passar pela rodovia BR-364, têm-se o acampamento Fortaleza, localizado no município de Pedra Preta, Mato Grosso e, às margens da rodovia MT-270, o acampamento Renascer, sendo localizado em sentido do município de Guiratinga, Mato Grosso. A formação de acampamentos às margens dessas rodovias foi um artifício utilizado pelo Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados - MTA, pois, para os sem-terra não havia outras opções, senão ocupar estes espaços.

Existem vários fatores que contribuíram para a constituição dos acampamentos nesses espaços, dentre estes, alguns componentes advindos de outros acampamentos que se tornaram novos assentamentos, ou seja, pessoas ligadas a famílias do sem-terras e, alguns que encontraram no acampamento auxílio para atender as suas necessidades, e sendo assim, formaram novos acampamentos, como o Fortaleza e Renascer.

A Figura 02 demonstra o município de Pedra Preta, Mato Grosso, que pertence à mesorregião sudeste de Mato Grosso, localizado no fuso 21 e a sede municipal aproximadamente a 32 km da cidade de Rondonópolis. Foram destacadas três importantes rodovias, sendo a rodovia BR-364 a de maior importância, pois corta o município quase ao meio e onde localiza-se o acampamento Fortaleza, coordenado pelo movimento social MTA, sendo um dos mais antigos na questão da luta pela terra.

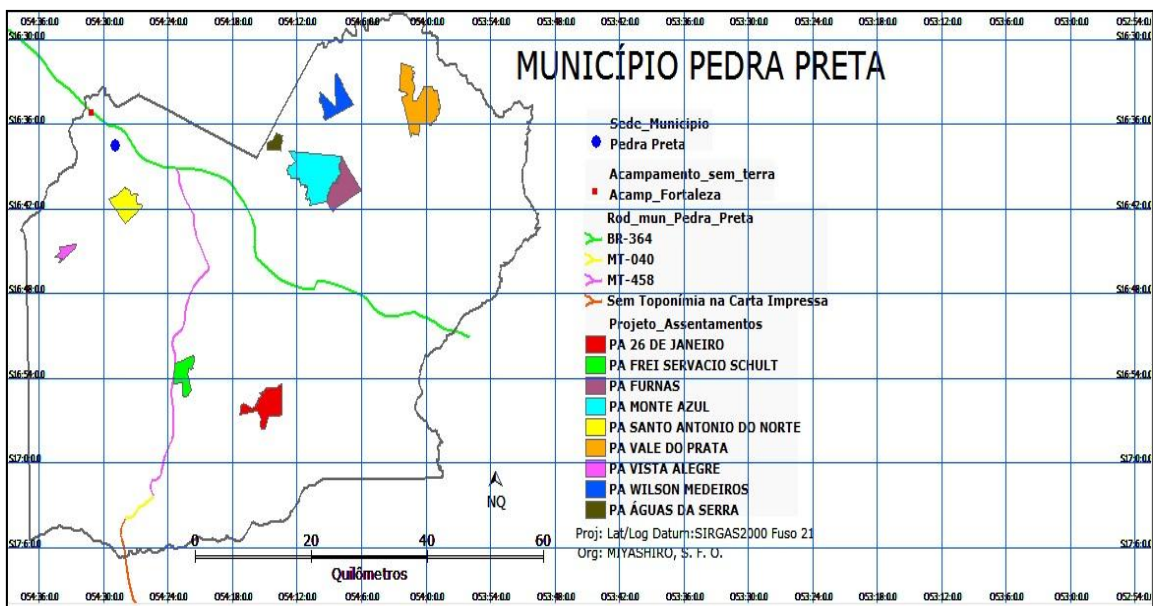


Figura 02: Mapa de localização do município de Pedra Preta, Mato Grosso

Fonte: IBGE/DNIT/INCRA (2014).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

A Figura 03 demonstra a localização do acampamento Renascer em Guiratinga, Mato Grosso, onde é presente a agricultura familiar, cuja sede municipal fica aproximadamente a 112 quilômetros da cidade de Rondonópolis, que se torna o maior consumidor do que é produzido pelas famílias assentadas.

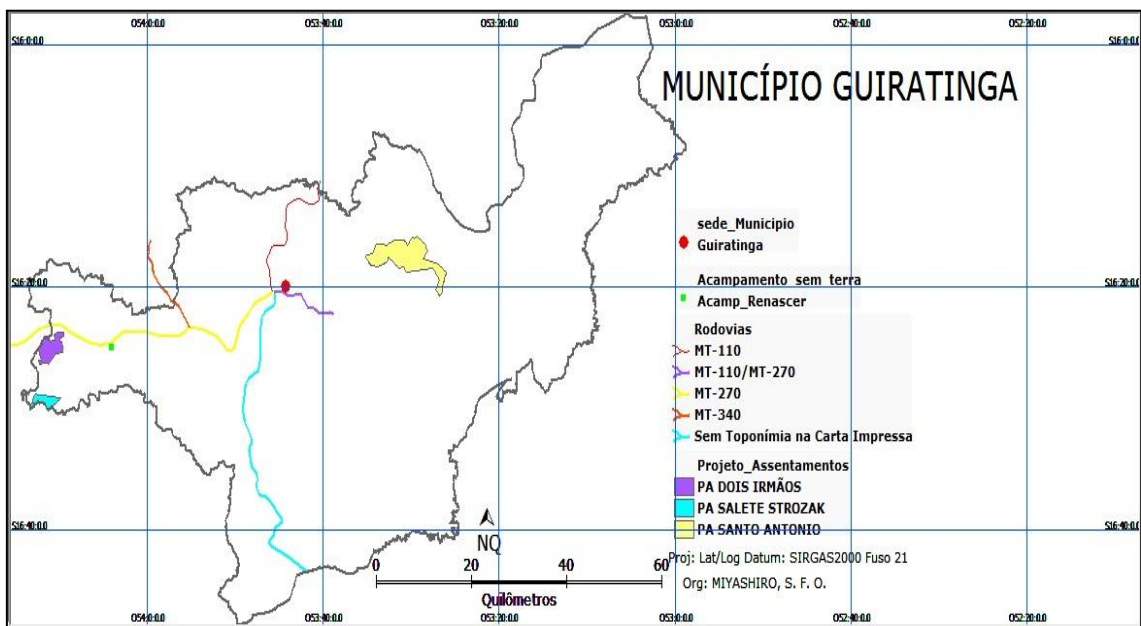


Figura 03: Mapa de localização do município de Guiratinga, Mato Grosso

Fonte: IBGE/DNIT/INCRA (2014).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

Nestes acampamentos a pesquisa foi pautada numa abordagem quanti-qualitativa, que possibilitou demonstrar, através de uma amostra de entrevistados, a *priori*, uma análise socioeconômica, com ênfase no perfil do acampado.

4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ACAMPADOS

Neste sentido, a primeira questão do perfil socioeconômico refere-se ao sexo dos entrevistados.

Tabela 01: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) segundo sexo nas entrevistas nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

	Sexo					
	Masculino		Feminino		Total	
Acampamento	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	7	58,3	4	66,6	11	61,1
Renascer	5	41,6	2	33,3	7	38,8
Total	12	66,6	6	33,3	18	100

Fonte: MIYASHIRO (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

Conforme expressa a Tabela 01, demonstrando que dos 18 indivíduos, equivalente a 100%, a maioria, é do sexo masculino, sendo 7, equivalente a 58,3% no acampamento Fortaleza e 5, equivalente a 41,6% no Renascer. De acordo com os entrevistados, esta lógica se dá em razão de haver uma preocupação com a segurança do acampamento e ocupação diária no trabalho para a garantia de subsistência, pressupondo a presença masculina, no sentido de imposição em relação à ocupação do lugar. Por sua vez, as mulheres têm uma representação menor, ou seja, 4, equivalente a 66,6% no acampamento Fortaleza e 2, equivalente a 33,3% no Renascer, devido principalmente ao fato de muitas ficarem nas cidades, para cuidar dos filhos e outros afazeres domésticos.

A segunda questão do perfil socioeconômico refere-se à faixa etária dos entrevistados, conforme expressa a Tabela 02, revelando o perfil dos moradores nos acampamentos Fortaleza e Renascer.

Tabela 02: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) da faixa etária dos entrevistados nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

	Faixa etária									
	31 a 40		41 a 50		51 a 60		+ 60		TOTAL	
Acampamento	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	3	75	1	33,3	3	75	4	57,1	11	61,1
Renascer	1	25	2	66,6	1	25	3	42,8	7	38,8
Total	4	22,2	3	16,6	4	22,2	7	38,8	18	100

Fonte: MIYASHIRO, S. F. O. (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

Nesta questão, o maior número de entrevistados ocorreu na faixa-etária de mais de 60 anos, sendo 7, equivalente a 38,8%, seguidos da faixa-etária de 31 a 40 anos e 51 a 60 anos, ambas correspondendo a 4 indivíduos cada, equivalente a 22,2%. Em menor porcentagem, as pessoas que estão na faixa-etária de 41 a 50 anos, com 3 indivíduos, equivalente a 16,6%. Verifica-se o predomínio de pessoas na faixa-etária de 31 a 60 anos, num total de 11 pessoas, equivalente a 61,1% do total de entrevistados, ou seja, pessoas que ainda se encontram em fases de vida produtiva.

A terceira questão do perfil socioeconômico refere-se ao grau de instrução dos entrevistados, conforme expressa a Tabela 03. Estes dados vêm de encontro com a faixa etária e a situação econômica do acampado, que condiz com a baixa escolaridade e, portanto, a sua baixa remuneração.

Tabela 03: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) do grau de escolaridade dos entrevistados nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

	Grau de escolaridade					
	Sem escolaridade		Fundamental		Total	
Acampamento	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	4	50	7	70	11	61,1
Renascer	4	50	3	30	7	38,8
Total	8	44,4	10	55,5	18	100

Fonte: MIYASHIRO, S. F. O. (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

De acordo com os resultados da Tabela 03, a maioria dos entrevistados estudou no máximo até a 4ª série do atual primeiro ciclo do ensino fundamental, que corresponde a 7 indivíduos, equivalente a 70% no acampamento Fortaleza e, 3 indivíduos, equivalente a 30% no acampamento Renascer. Nos mesmos locais, um total de 8 entrevistados, equivalente a 50% em cada acampamento, de pessoas sem escolaridade, concomitantemente, não houve

entrevistados que obtivessem o ensino médio. Apesar de pouca escolaridade são pessoas que trazem como experiência, a vivência e a luta como sinônimos de saber.

A quarta questão do perfil socioeconômico refere-se ao número de pessoas por família dos entrevistados, conforme expressa a Tabela 04, prevalecem às famílias de 2 a 5 pessoas, sendo que a variável de 2 a 3 pessoas correspondeu a 9 entrevistados, equivalente a 50%, e na variável de 4 a 5 pessoas, correspondeu a 7 entrevistados equivalente a 38,8%. Em menores porcentagens encontrou-se uma pessoa que mora sozinha, equivalente a 5,5% e, também na mesma proporção, uma família com 6 pessoas. Neste universo apresentaram-se famílias com duas a três pessoas, compostas pelo avô, a avó e um neto, que em alguns casos, somente o avô é residente no acampamento, pois os demais membros moram nas cidades circunvizinhas (Pedra Preta e Rondonópolis) para o estudo das crianças.

Tabela 04: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de membros da família por entrevistados nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

	Número de pessoas na família									
	1		2 a 3		4 a 5		6		Total	
Acampamento	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	1	100	5	55,5	4	57,1	1	100	11	61,1
Renascer	0	0	4	44,4	3	42,8	0	0	7	38,8
Total	1	5,5	9	50	7	38,8	1	5,5	18	100

Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2014/2015.

Org.: MIYASHIRO, S. F. O.

Para os sem-terra, a necessidade de subsistência é considerada como um empecilho, impedindo que muitos continuem morando nos acampamentos, haja vista que a renda familiar chega ao máximo de 02 (dois) salários mínimos, conforme demonstra a Tabela 05¹⁷.

Tabela 05: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) da renda familiar dos entrevistados nos acampamento Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

	Renda familiar					
	Até 1 salário		1 a 2 salários		TOTAL	
Acampamento	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	6	54,5	5	71,4	11	61,1
Renascer	5	45,4	2	28,5	7	38,8
Total	11	61,1	7	38,8	18	100

Fonte: MIYASHIRO, S. F. O. (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

¹⁷ Valor do salário mínimo em setembro de 2015: R\$ 788,00. Nota da autora.

A maior parte dos entrevistados tem renda familiar de 01 (um) salário mínimo, ou seja, 6 entrevistados, equivalente a 54,5% no acampamento Fortaleza e 5, equivalente a 45,4% no acampamento Renascer, totalizando 11 entrevistados, equivalente a 61,1%. Esta pouca renda que provém da pequena produção (venda de galinhas, ovos, porco e outros) dentro do acampamento, gera a necessidade de buscar fora do acampamento um acréscimo financeiro, com a realização de outras atividades, tais como funileiro, pedreiro, serviços gerais e outros.

A sexta questão do perfil socioeconômico refere-se ao tipo de ocupação profissional dos entrevistados, conforme expressa a Tabela 06, onde verifica-se que a maior parte dos entrevistados no acampamento Fortaleza é constituída de aposentados, num total de 4, equivalente a 66,6%, enquanto no acampamento Renascer, o total de aposentados foi 2 entrevistados, equivalente a 33,3%, num total de 6 entrevistados, equivalente a 33,3% do total de 18 entrevistados, equivalente a 100%.

Representativo também, os resultados de pessoas desempregadas, perfazendo um total de 2 entrevistados, equivalente a 33,3% no acampamento Fortaleza e 4, equivalente a 66,6%, num total de 6 entrevistados, correspondendo a 33,3% do total de 18 entrevistados, equivalente a 100%. Relativamente representativo o total de 3 autônomos, representando 16,6% do total de 18, equivalente a 100% dos entrevistados. Surpreendentemente, apenas uma pessoa declarou ser do lar no acampamento Fortaleza, assim como, no acampamento Renascer, as funções de empregado e do lar não foram identificadas na pesquisa aplicada.

Tabela 06: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) da ocupação dos entrevistados nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

Acampamento	Empregado		Do lar		Desempregado		Autônomo		Aposentado		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	2	100	1	100	2	33,3	2	66,6	4	66,6	11	61,1
Renascer	0	0	0	0	4	66,6	1	33,3	2	33,3	7	38,8
Total	2	11,1	1	5,5	6	33,3	3	16,6	6	33,3	18	100

Fonte: MIYASHIRO, S. F. O. (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

A sétima questão refere-se à identificação de residência no acampamento ou não, conforme apresenta a Tabela 07.

Tabela 07: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) que residem ou não nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

Acampamento	Moradia no acampamento					
	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	6	60	5	62,5	11	61,1
Renascer	4	40	3	37,5	7	38,8
Total	10	55,5	8	44,4	18	100

Fonte: MIYASHIRO (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

De acordo com os resultados pouco mais da metade dos entrevistados moram nos acampamentos, totalizando 10 entrevistados, equivalente a 55,5%, enquanto os que não residem, totalizaram 8 entrevistado equivalente a 44,4%, morando principalmente nas cidades de Rondonópolis e Pedra Preta, portanto, moradores itinerantes nos acampamentos.

A oitava questão apresenta os motivos que levaram os entrevistados a aderirem ao movimento de sem-terra, conforme apresenta a Tabela 08.

Tabela 08: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de motivos de adesão ao movimento de sem-terra nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

Acampamento	Motivos de adesão ao movimento sem-terra*							
	Dificuldade de sobrevivência na cidade		Ter um lote		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	3	100	9	56,2	1	100	13	65
Renascer	0	0	7	43,7	0	0	7	35
Total	3	15	16	80	1	5	20	100

Fonte: MIYASHIRO (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

*Alguns entrevistados expressaram mais de uma resposta.

De acordo com as respostas a maioria dos entrevistados aderiu ao movimento pelo sonho em conseguir um lote de terra, representando 09 entrevistados, equivalente a 56,2% no acampamento Fortaleza, bem como 07 entrevistados, equivalente a 43,7% no acampamento Renascer, totalizando 16 entrevistados, equivalente a 80%. Em menores porcentagens, ou seja, pouco representativo na amostra as dificuldades de sobrevivência no meio urbano, principalmente relacionado ao desemprego e outros.

A questão 09 investiga as opiniões dos entrevistados com relação à moradia de itinerantes, ou seja, as pessoas que possuem o barraco no acampamento, freqüentando nos finais de semana e, paralelamente residem na cidade.

Tabela 09: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de opiniões com relação à moradia de itinerantes nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

Opinião quanto à moradia de itinerantes no acampamento						
Acampamento	Aceita		Não aceita		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	9	60	2	66,6	11	61,1
Renascer	6	40	1	33,3	7	38,8
Total	15	83,3	3	16,6	18	100

Fonte: MIYASHIRO (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

De acordo com as respostas, a maioria dos entrevistados concorda com esta lógica representando 09 entrevistados, equivalente a 60% no acampamento Fortaleza, bem como 06 entrevistados, equivalente a 40% no acampamento Renascer, totalizando 15 entrevistados, equivalente a 83,3%. Dentre os principais motivos, estão: não existem outras opções; necessidade de trabalho para o sustento da família; a procura por conforto; devido ao pouco ganho das atividades no acampamento; pela ajuda mútua; pela garantia em ter o direito de participar do sorteio de lotes, assegurando, dessa forma, o bem estar dos filhos; a contribuição para a segurança do acampamento; e alguns concordam desde que, as pessoas envolvidas nesta lógica participem das lutas que dizem respeito ao acampamento.

Em menores porcentagens estão às pessoas que discordam desta lógica, representando 03 entrevistados, equivalente a 16,6%. Dentre os motivos apontados pelos entrevistados estão: quem não vive no acampamento, futuramente também não irão cuidar do lote; deveriam morar para ter direito ao lote; quem não mora não passa pelas vicissitudes dos que residem permanentemente.

A décima questão aponta as opiniões dos entrevistados quanto a opção de permanência nos acampamentos, conforme demonstra a Tabela 10.

Tabela 10: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de opiniões quanto à opção de permanência nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

Motivos de opção pela permanência no acampamento								
Acampamento	Falta de recursos para morar na cidade		Não permanecem, mas vislumbram a terra		A relação de pertencimento ao campo		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	3	75	5	62,5	3	50	11	61,1
Renascer	1	25	3	37,5	3	50	7	38,8
Total	4	22,2	8	44,4	6	33,3	18	100

Fonte: MIYASHIRO (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

De acordo com os resultados obtidos, a maioria dos entrevistados não permanece constantemente nos acampamentos, no entanto, mantém o vínculo, vislumbrando a futura aquisição de um lote, correspondendo a 05 entrevistados, equivalente a 62,5% no acampamento Fortaleza, bem como 03 entrevistados, equivalente a 37,5% no acampamento Renascer, totalizando 08 entrevistados, equivalente a 44,4%.

Relativamente representativo na amostra, verifica-se a variável que apresenta a relação de pertencimento ao campo, totalizando 06 entrevistados em ambos acampamentos, equivalente a 50% em cada.

Surpreendentemente, apresentou-se em menores proporções, a variável “falta de recursos para morar na cidade”.

Ao analisar a décima primeira questão com relação às dificuldades relatadas pelos entrevistados nos acampamentos, demonstram-se os dados de acordo com a Tabela 11.

Tabela 11: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de dificuldades encontradas nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

Acampamento	Dificuldades nos acampamentos*											
	Abastecimento de água		Cesta básica		Saúde		Trabalho		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	8	72,7	7	77,7	6	100	4	57,1	13	65	38	71,6
Renascer	3	27,2	2	22,2	0	0	3	42,8	7	35	15	28,3
Total	11	20,7	9	16,9	6	11,3	7	13,2	20	37,7	53	100

Fonte: MIYASHIRO (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

*Alguns expressaram mais de uma resposta.

De acordo com os resultados, a variável outros foi representativa com 20 respostas dadas pelos entrevistados, equivalente a 37,7%, devido a sua diversidade de opiniões, tais como: risco de acidentes nas estradas; a solidão; ausência de moradias; a precariedade dos barracos; ajuda de modo geral; a burocracia do Incra; a distancia da cidade; o espaço inadequado para criação de animais; o calor da lona; a presença de insetos; a impossibilidade de obter energia elétrica; a dificuldade na conservação de alimentos; dificuldade de mobilidade; a falta de segurança e a ausência de escola para as crianças.

Apresentam-se relativamente representativas as variáveis: abastecimento de água, a cesta básica, a saúde e o trabalho. Dentre elas se sobressai o abastecimento de água com 11 respostas, equivalente a 20,7%.

Na décima segunda questão avaliou-se a opinião dos entrevistados sobre a qualidade de vida urbana do sem-terra, que possui vivência também no espaço do acampamento, conforme apresenta a Tabela 12.

Tabela 12: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de opiniões sobre a qualidade de vida urbana do sem-terra nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

Acampamento	Qualidade de vida urbana do sem-terra					
	Melhor		Não é melhor		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	7	58,3	4	66,6	11	61,1
Renascer	5	41,6	2	33,3	7	38,8
Total	12	66,6	6	33,3	18	100

Fonte: MIYASHIRO (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

De acordo com os resultados a maioria dos entrevistados, ou seja, 7, equivalente a 58,3% no acampamento Fortaleza, bem com 5, equivalente a 41,6% no acampamento Renascer, totalizando 12 entrevistados, equivalente a 66,6%, acreditam que na melhor qualidade de vida, devido principalmente nas seguintes questões: com a ajuda das pessoas que vivem no acampamento como, por exemplo, a oferta de alimentos; consegue garantir seu cadastramento no movimento para um futuro sorteio do lote; pelo conforto da cidade; por não passar pelas mesmas necessidades do acampado e por maiores opções de trabalho.

Verifica-se em menor porcentagem, com 7 entrevistados, equivalente a 33,3%, acreditam que a qualidade de vida não melhorou, devido principalmente nas seguintes questões: a perda do vínculo com o acampamento; tem o mesmo sofrimento de quem está acampado; a necessidade de mobilidade entre o acampamento e a cidade.

Com relação às necessidades de mudanças no perfil da luta, foram apontadas algumas questões, conforme demonstra a tabela 13.

Tabela 13: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de opiniões sobre as necessidades de mudança no perfil da luta nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

Acampamento	Mudanças no perfil da luta*									
	Apoio do Inkra e coordenadores		Condição de saúde		Relação de companheirismo		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	9	52,9	1	33,3	2	100	6	66,6	18	58
Renascer	8	47	2	66,6	0	0	3	33,3	13	42
Total	17	54,8	3	9,6	2	6,4	9	29	31	100

Fonte: MIYASHIRO (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

*Alguns expressaram mais de uma resposta.

A maioria das respostas no acampamento Fortaleza, corresponderam a 9, equivalente a 52,9%, bem como 8, equivalente a 47% no acampamento Renascer, expressam a necessidade de maior apoio do Incra e dos coordenadores do movimento, totalizando 17 entrevistados, equivalente a 54,8%.

Na variável “Outros” foi relativamente representativa com 9 respostas, equivalente a 29%, destacando as seguintes opiniões: infraestrutura do acampamento; a solidão; a presença do chamados “pardais”¹⁸, que tiram proveito da estrutura dos acampamentos; o espaço inadequado do acampamento; falta de trabalho e de formação.

Em menores porcentagens apresentaram-se as variáveis “Condição de saúde” e a “Relação de companheirismo”.

Ao analisar a décima quarta questão, verificou-se os dados que expressam as opiniões sobre a possibilidade de extinção dos acampamentos em geral, conforme apresenta a Tabela 14.

Tabela 14: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de opiniões sobre a extinção dos acampamentos de sem-terra

Acampamento	Extinção dos acampamentos					
	Sim		Não		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	7	58,3	4	66,6	11	61,1
Renascer	5	41,6	2	33,3	7	38,8
Total	12	66,6	6	33,3	18	100

Fonte: MIYASHIRO (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

De acordo com a Tabela 14, a maioria dos entrevistados, correspondente a 12, equivalente a 66,6%, acredita no fim dos acampamentos, por algumas razões, tais como: a pouca procura e adesão ao movimento; a demora para se conseguir o assentamento; acreditam que permaneçam apenas assentamentos, devido a decrescente polarização; acreditam que o acampamento irá acabar naturalmente; muitos não pretendem ir para outro movimento; pelas dificuldades enfrentadas e alguns almejam novas alternativas.

Em menores porcentagens, os que não aceitam o fim do acampamento, correspondendo a 6 entrevistados, equivalente a 33,3 %, colocam como justificativa, por exemplo: a acolhida dos membros do acampamento em relação às pessoas que precisam; aumento de dificuldades em morar em outro local, como o meio urbano; na sua perpetuação

¹⁸Os “pardais”, também chamados de “andorinhas”, referem-se aos moradores itinerantes nos acampamentos. Nota da autora.

enquanto assentamento; outros acreditam que sempre existirão; pela própria luta e para pressionar o governo em relação a falta de apoio aos acampados.

A décima quinta questão refere-se ao desempenho das atividades dos coordenadores dos acampamentos, conforme apresenta a Tabela 15.

Tabela 15: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) com relação à atuação dos coordenadores nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

Acampamento	Atuação dos coordenadores					
	Boa		Ruim		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	2	66,6	9	60	11	61,1
Renascer	1	33,3	6	40	7	38,8
Total	3	16,6	15	83,3	18	100

Fonte: MIYASHIRO (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

De acordo com a Tabela 15, a maioria dos entrevistados, correspondente a 15, equivalente a 83,3% consideram a atuação ruim, devido a: demora nos informes relacionados às questões do acampamento; as dificuldades em negociação das demandas; pouca mobilização do grupo; a lentidão nas resoluções; a falta de qualificação dos representantes; pouca assistência dos coordenadores; alguns os consideram pouco participativo e outros consideram que já foi melhor; deficiência nas prestações de contas e a falta de atitude nos processos de formação do assentamento.

Foi pouco representativo a variável “Boa”, com relação a atuação desses representantes, no entanto, não se apresentou qualquer justificativa para qualificá-la.

Ao analisar a décima sexta questão, verificou-se o perfil de satisfação dos acampados com relação a ação do movimento social (MTA), conforme apresenta a tabela 16.

Tabela 16: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) com relação à satisfação da ação do movimento social (MTA) nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

Acampamento	Ação do movimento social (MTA)							
	Boa		Ruim		Não soube responder		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	8	57,1	3	100	0	0	11	61,1
Renascer	6	42,8	0	0	1	100	7	38,8
Total	14	77,7	3	16,6	1	5,5	18	100

Fonte: MIYASHIRO (2014/2015).

Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

De acordo com os resultados, a maioria dos entrevistados correspondente a 14, equivalente a 77,7%, consideram que movimento MTA apresenta uma boa ação, por serem organizados, não serem “baderneiros”, auxiliam nas manifestações, são honestos, respeitam as leis e trabalham em benefício dos acampados. Alguns consideram que o próprio movimento é que determina a existência dos acampamentos e outro acreditam que movimento precisaria de maior apoio do Inca. Em menores porcentagens, equivalente a 22,2% consideram a atuação ruim ou não souberam responder. Alguns acreditam que o movimento não possui força no Inca e que já foram mais atuantes.

A Tabela 17 demonstra o tempo de participação dos entrevistados nos movimentos sociais como membro do acampamento.

Tabela 17: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de participação em movimento social nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

	Tempo (em anos) de participação no movimento social										Total	
	1		2		4		5		7			
Acampamento	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	1	100	0	0	1	100	4	100	5	100	11	61,1
Renascer	0	0	7	100	0	0	0	0	0	0	7	38,8
Total	1	5,5	7	38,8	1	5,5	4	22,2	5	27,7	18	100

Fonte: MIYASHIRO (2014/2015).
Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

De acordo com os resultados obtidos, a maioria dos entrevistados no acampamento Fortaleza participam do movimento social durante 5 e 7 anos, correspondente a 9 entrevistados, equivalente a 81,8%, tendo relação direta com o tempo de existência do acampamento. No acampamento Renascer, 7 entrevistados, ou seja, o total da amostra participam durante 2 anos no movimento, que é o tempo de existência do acampamento.

Pode-se notar pela Tabela 18 os resultados referentes às opiniões dos entrevistados.

Tabela 18: Número de pessoas (Nº) e percentual (%) de opiniões quanto às perspectivas de mudança de vida nos acampamentos Fortaleza e Renascer, Mato Grosso

	Perspectivas de mudança de vida					
	Sim		Não		Total	
Acampamento	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fortaleza	11	61,1	0	0	11	61,1
Renascer	7	38,8	0	0	7	38,8
Total	18	100	0	0	18	100

Fonte: MIYASHIRO (2014/2015).
Org.: MIYASHIRO, S. F. O. (2015).

De acordo com os resultados, surpreendentemente, o total da amostra apresentou perspectivas positivas de mudança de vida, quando da criação do assentamento; ao conseguirem o lote, apesar de toda a demora e burocracia; são pessoas de fé que buscam realizar seus sonhos, na espera de um futuro melhor.

Pela riqueza de informações foram aproveitados para a fundamentação desta pesquisa alguns relatos de seus moradores, que demonstraram detalhes específicos sobre a organização e estrutura dos acampamentos.

4. 2 RELATOS DE EXPERIÊNCIA E CARACTERÍSTICAS DO ACAMPAMENTO

A instalação do acampamento Fortaleza, ocorreu em razão da criação do assentamento Furnas, ou seja, antigo acampamento Ezequiel Ramim, montado pelo MTA, onde as pessoas que não foram beneficiadas pelo lote, tiveram a necessidade de constituir um novo acampamento, sendo denominado de Fortaleza, no ano de 2008. Este contava aproximadamente com 200 cadastrados, no início de sua formação, conforme nos relatou o Sr. AntonioColleti (2014), um dos primeiros moradores do acampamento:

“tenho 28 anos de luta como sem-terra e, há sete anos neste acampamento, sigo o movimento há muito tempo, antigamente eu era do MST, agora acompanho o MTA”.

Segundo este entrevistado, a sua vinda ao movimento ocorreu pelo fato de sua origem ser de família do campo, que, por um tempo, viveu na cidade, porém, não adaptando-se, retornou para o trabalho nas fazendas, e, atualmente, sobrevive da aposentadoria, que permite sua permanência no acampamento. Ainda de acordo com o Sr. AntonioColetti (2014):

“o pouquinho que eu ganho, mais o que é produzido aqui dentro, ajuda a viver, e assim fico na espera de um lote”.

E quando lhe foi perguntado sobre os que não permanecem o tempo todo no interior do acampamento, este foi enfático ao responder:

“alguns que vive na cidade esta apto a trabalhar no lote e outros não. Não sou a favor de quem mora na cidade e não no acampamento, pois este não tem interesse em ficar e cuidar do seu barraco e também não vai ficar no lote se for beneficiado, esses a gente chama de ‘pardal’ ”.

Muitas famílias que moram neste acampamento trabalham nas fazendas da Serra da Petrovina¹⁹, e, outras, nos municípios de Pedra Preta e de Rondonópolis. Devido a sua localização há facilidade de trabalho e estudo para os jovens que ali moram. Para a manutenção das famílias nesses momentos iniciais, além da organização das roças, os trabalhadores reutilizam-se de uma diversidade de estratégias de sobrevivência, desde trabalhos domésticos nas fazendas vizinhas, como a venda de sua pequena produção, até outros trabalhos nas cidades próximas ao acampamento, como Rondonópolis, onde ainda é possível também criar pequenos animais, como aves e suínos, às margens da rodovia, para se comercializar.

Conforme pode-se observar na fala do Sr. José Lima (2014), morador do acampamento Fortaleza:

“a vida no acampamento não é diferente de outros lugares, ‘acampamento é acampamento em qualquer lugar’, as pessoas começam cedo no trabalho, levantam cedo, tratam das galinhas, limpam o terreiro, cuidam do barraco, outros saem cedo para a lida nas fazendas. A vida aqui minha filha é difícil, tem que se virar de qualquer jeito, uns ficam aqui e fazem o que pode e outros saem pra trabalho fora”.

Neste contexto, observa-se que todos no acampamento possuem um trabalho a ser realizado para a manutenção familiar. Os que não saem para trabalhar em outros locais cuidam do acampamento como se fosse seu próprio sítio, criam porcos, galinhas e também, plantam feijão, milho, cana-de-açúcar, e organizam hortas, onde se cultivam, desde o cheiro verde até a mandioca, que eles também fazem a farinha.

A Dona Abadia (2014) contribui com a discussão, dizendo que:

“é uma vida difícil, mas quem não tem ‘preguiça’ pra trabalhar há como se manter nos barracos”.

E, ao falar de sua pequena produção de mudas, ainda complementa:

¹⁹Coordenadas: 16°47'5"S 54°9'55"W. Nota da autora.

“aqui eu planto de tudo um pouco, o que a gente não consome a gente dá ou vende”.

As figuras 04, 05, 06, 07 e 08, ilustram a situação de vivencia de alguns dos moradores, como, por exemplo, o que Dona Abadia produz no acampamento, que vai de sua plantação até a criação de galinhas onde comercializa os ovos e frangos caipiras.

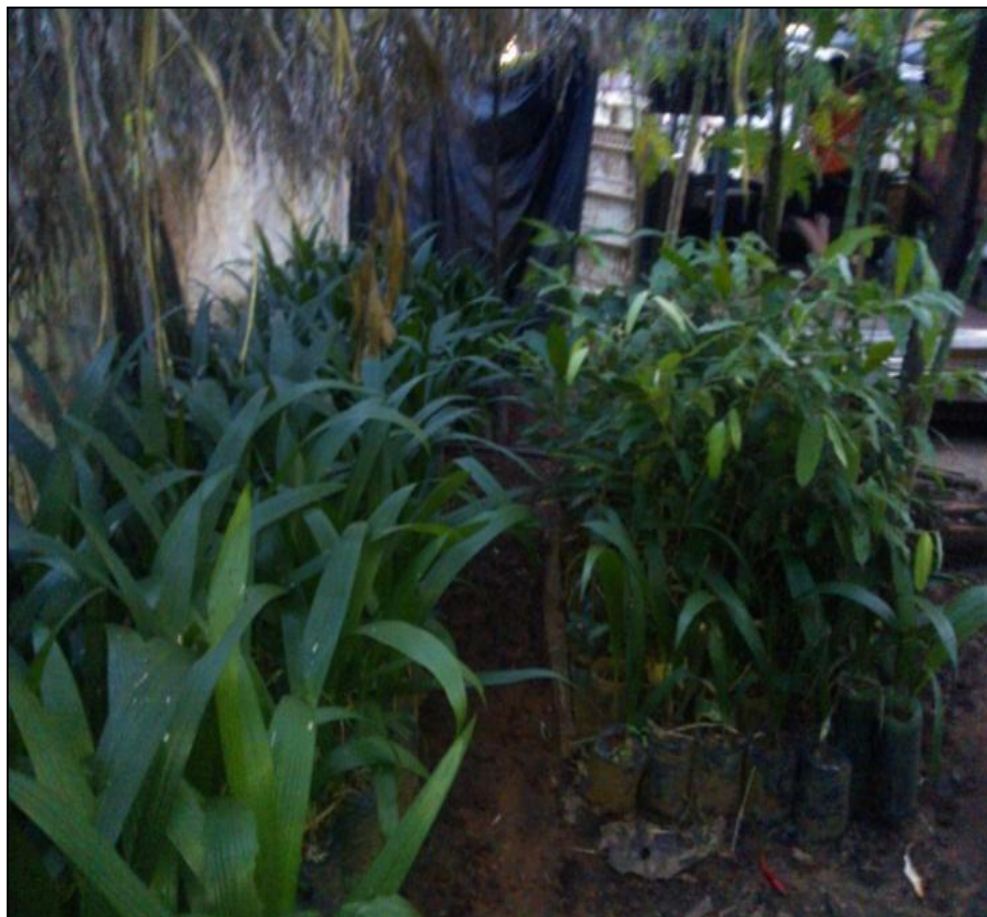


Figura 04: Mudas diversas no acampamento Fortaleza, Pedra Preta, Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)



Figura 05: Cultivo de Mamão no acampamento Fortaleza, Pedra Preta, Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)



Figura 06: Cultivo de bananas no acampamento Fortaleza, Pedra Preta, Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)



Figura 07: Pequena roça no acampamento Fortaleza, Pedra Preta. Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)



Figura 08: Criação de galinhas no acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)

De Certeau (1996) discute sobre a capacidade que existe na ação humana em recriar no cotidiano, práticas de vida que supram suas necessidades e que busquem a concretização de sonhos. “Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo” (DE CERTEAU, 1996, p. 31).

Assim, as famílias que se destinam a uma ocupação da terra, assumem uma nova condição de vida, que possivelmente desencadeará novas dificuldades cotidianas. Se estabelecer em áreas de ocupação não é tarefa fácil. A montagem dos barracos se inicia logo na chegada das famílias. Antes, no entanto, se faz necessário a limpeza da área e a procura do material necessário à construção dos barracos. A lona é artigo indispensável nas “tralhas” que essas famílias levam ao acampamento; já os galhos, que dão suporte ao barraco são buscados na área ocupada. A existência de um local de onde se possa tirar essa madeira é um condicionante do lugar aonde essas famílias irão se estabelecer.

Esses fatores são analisados pelos organizadores do acampamento antes mesmo da ocupação. Na chegada cada um começa a marcar seu espaço com as chamadas “tralhas”, sempre procurando manter-se perto de vizinhos, amigos ou parentes que vieram juntos. São os homens, geralmente, que vão buscar a madeira, enquanto as mulheres começam a organizar os pertences que levaram e arrumar um lugar para o preparo da comida. Em alguns casos chegam a pernoitar ao relento, enquanto prosseguem no dia seguinte para organizar o novo abrigo.

É comum nos acampamentos que as famílias compartilhem das trocas de experiências e saberes dos cultivos que servirão para o desenvolvimento de seu trabalho e sustento. Mesmo com todas as vicissitudes, as famílias resistem às dificuldades dentro dos acampamentos de sem-terra, bem como vivem de forma passiva, sem conflitos diários.

O tempo de espera até o assentamento é longo e a qualidade de vida torna-se bastante inferior, pois não há uma infraestrutura adequada. Dentre outros apontamentos nas entrevistas, acerca das dificuldades na vivência cotidiana neste acampamento, a maioria descreve como sendo a falta de auxílio por parte do Incra em fornecer cestas básicas, como ajuda de custo, e dentre outras reivindicações encontra-se, ainda, a falta de água, bem como até a própria vida difícil no interior do abrigo de lona.

Cada morador do acampamento constrói seu barraco de acordo com suas condições financeiras, que vão desde um simples barraco de lona coberto por palha, como exposto na Figura 09, outros com materiais reaproveitados, como é o caso de Dona Josefa conforme apresenta a Figura 10, que construiu sua moradia com materiais reutilizados, minimizando

desta forma os custos na montagem do seu barraco, e alguns, com melhor benfeitoria no uso de madeira e cobertura de amianto, demonstrado na Figura 11.

Apesar de não haver uma regra rígida de ordenação, quase sempre as famílias constroem seus barracos de lona próximos àquelas das quais são amigas, têm afinidades, apego dos laços de amizade, inclusive na constituição da família afetiva e ajuda mútua, ainda que hajam dificuldades financeiras ou mesmo estruturais, os moradores manifestam ser capazes de contornar esta situação de adversidade, utilizando-se de persistência e criatividade.



Figura 09: Moradia do Sr. Antonio Colleti, acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)



Figura 10: Moradia da Dona Josefa, acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)



Figura 11: Moradia do Sr. Ednon no acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)

Esta criatividade se torna visível na organização dos espaços interiores dos barracos visitados, como observado durante a pesquisa, os mobiliários são distribuídos, de modo a atender as necessidades cotidianas, como a localização da prateleira, mesa e fogão. A mobília simples e os poucos utensílios são tratados com todo esmero. A alimentação, por exemplo, é uma das preocupações diárias, pois o cozer no fogão também requer engenhosidade, como o fogão à lenha feito de barro, também por eles fabricado, que até forno possui, conforme apresenta a Figura 12 e Dona Josefa relata:

“no meu fogãozinho a lenha faço doces de mamão, banana, abobora e pão caseiro pra vender”.

A cozinha é a parte da moradia que sobressai, haja vista que, um ou outro acampado dispõe de fogão a gás, há moradores que ainda preservam o antigo fogão de aba conforme apresenta a Figura 13, no entanto, se vê que a novidade de alguma forma acompanha a evolução desses fogões, como se observa na Figura 14, no interior das moradias visitadas.



Figura 12: Cozinha de D. Abadia no acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)



Figura 13: Cozinha de D. Francisca no acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)



Figura 14: Cozinha de D. Josefa no acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)

Outro aspecto a destacar é a limpeza, apesar das moradias serem de chão batido o cuidado com a higiene é fundamental em todos os barracos. A água utilizada no acampamento provém de uma única cisterna que fornece água potável, construída pelos próprios moradores, atendendo a todos coletivamente. Esta água é fervida ou filtrada para o consumo, além de servir também para molhar as plantações e dar de beber aos animais. Em períodos de chuvas, seu reaproveitamento se faz necessário, pois, auxilia o morador a não precisa carregar água da cisterna até seu barraco.

Ainda sobre a higiene pessoal, lavar roupa e tomar banho era uma dificuldade grande, pois para eles o banheiro era a “casinha”, construída com paredes de lona ou papelão, com um buraco fundo, conforme apresenta a Figura 15. Nesse caso, segundo o relato de um morador,

“não era pior porque cada um de nós fez a nossa casinha. Se todos tivesse de usar uma só, acho que a situação ia ser mais complicada ainda”.



Figura 15: A casinha no acampamento Fortaleza, Pedra Preta – Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)

Com base no exposto, a realidade estudada no acampamento Fortaleza é comum em todos os acampamentos do Brasil, cujo tempo de espera, depende de vários fatores, como: da região onde o acampamento se encontra, da negociação do governo e da pressão para que as

coisas aconteçam, ou seja, existe um povo que quer trabalhar, mas, para isso, precisa de um pedaço de terra.

Nessa mesma situação encontra-se outro acampamento – o Renascer, também organizado pelo movimento social MTA, onde alguns de seus integrantes participavam anteriormente do acampamento Fortaleza, porém, parte dessas famílias que lá estavam acampadas, migraram para uma fazenda em Guiratinga, que estava sob negociação com o Incra.

Como nem todo acampamento de sem-terra consegue se transformar em assentamento de forma pacífica e, nem toda fazenda que está em negociação com o Incra se torna um assentamento, o acampamento Renascer passou por um processo de despejo com ordem judicial, pois não houve possibilidade de consenso.

Conforme noticiado pelo jornal *A Gazeta* de Cuiabá, Mato Grosso, de 02 de outubro de 2007 (A GAZETA, 2007), o movimento social MTA fez sérias reivindicações, por meio da interdição da rodovia BR-364, situada entre a Serra da Petrovina e o município de Pedra Preta, no intuito de conseguir maior agilidade nos processos de assentamentos que estavam em andamento, bem como a vistoria de algumas fazendas, sendo uma delas a fazenda Dominata, ocupada pelos sem-terra do acampamento Renascer.

Também aparecem como reivindicações a emissão de posse do assentamento Santa Silva e a vistoria da fazenda Dominata, em (...) Guiratinga. Nesta fazenda, 250 famílias estavam acampadas e foram despejadas. Agora, vivem às margens da MT 270²⁰. (A GAZETA, 2007, p. 04).

Após esse despejo, os acampados instalam-se nas imediações da área desejada para desapropriação e permanecem à beira da rodovia. Esse processo de longa duração que envolve desde a ocupação – despejo – reocupação-novo despejo pode durar anos. Há, portanto, uma mobilidade frequente, haja vista não se tratar de um território fixo, o acampamento é uma fase transitória que pode levar à conquista de seu espaço.

E como a esperança para aquelas famílias ainda continua, elas estão vivendo às margens da rodovia MT-270, próxima à fazenda onde ocupavam anteriormente, conforme expressam as Figuras 17, 18 e 19.

²⁰MTA faz interdição de rodovia na serra de Petrovina, Jornal *A Gazeta* Cuiabá-MT Terça, 02 de outubro de 2007, 03h00.



Figura 16: Primeira localização do acampamento Renascer, Guiratinga - Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)



Figura 17: Atual localização do acampamento Renascer, Rod. MT-270. Guiratinga – Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)



Figura 18: Moradia do acampamento Renascer, Guiratinga – Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)

Devido a sua localização, às margens de uma rodovia, o acampamento Renascer possui um esquema de segurança para proteger a todos os seus moradores. Havia pessoas do acampamento que revezavam durante e nos finais de semana, para garantir a segurança do local. O motivo dessa segurança era preservar não só a tranquilidade de todos os moradores que passavam o dia na lida do acampamento, como também, para aqueles que saíssem temporariamente, não correrem o risco de terem seus parques pertences no interior dos barracos furtados por pessoas estranhas ao acampamento.

Além disso, os moradores que recebiam os visitantes, apesar de serem bem vindos, eram sempre questionados na entrada do acampamento, sobretudo pelo motivo da visita. Cabe ressaltar que o fluxo de entrada e saída de pessoas no acampamento, de forma geral, costuma ser intenso, principalmente devido às duras condições de vida dos acampados, com o trabalho árduo e a exposição às intempéries. Neste sentido, muitos acampados do Renascer sentem a necessidade de estar próximos de seus locais de origem.

Um dos problemas do acampamento são os chamados “oportunistas”, ou seja, aqueles que vem passar somente os finais de semana ou só aparecem em dias de reunião. Outro problema enfrentado no acampamento é com relação às lideranças, onde a maioria dos representantes não moram no acampamento, e, quando acontece algum imprevisto, leva-se tempo para ser resolvido.

A esperança é primordial, ou então, não se suportam as condições árduas do dia-a-dia sob uma lona, conforme comenta um morador que prefere não ser identificado e já permanece na vida de acampado há cinco anos:

“A vida que a gente leva é humilhante. Pra tomar banho, tem que carregar água lá do poço, esquentar na chaleira. Pra tomar água, tem que ir buscar. De dia, faz um calor dos infernos. À noite, é um frio desgraçado. E a ventania, então, que leva tudo? Aí, tem que montar o barraco tudo de novo.”

Outro aspecto a ser observado é o sentimento de discriminação que toma conta dos moradores, pois muitos relatam que, não bastasse os problemas e as dificuldades impostos pela vida de acampados, ainda tem que lidar com questões dessa natureza. Muitos não são afetos aos acampados, sobretudo os que vivem nas margens das rodovias que continuam a sofrer reprimendas e são ignorados, até mesmo pelos próprios familiares, que chegam a se incomodar com a expressividade de sua bandeira de luta, conforme apresenta a Figura 20.



Figura 19: A bandeira do MTA, no Acampamento Renascer, Guiratinga – Mato Grosso Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015)

Assim, o olhar discriminatório de quem passa pela rodovia, aponta os sem-terra acusando-os de serem oportunistas e baderneiros, e, até mesmo, de não ter o interesse em trabalhar com a agricultura. Ainda que o desejo de conquistar a terra oculta a real intenção de, posteriormente, vendê-la. Sobre isso Seu Adolfo, relata que:

“Para quem tinha um bom trabalho, uma casa, enfim, recursos para uma vida mais digna e tranquila para si e seus filhos, era fácil apontar o dedo para nós e criticar. Eu, um trabalhador honesto, fui chamado de baderneiro e de preguiçoso, mas tive que fingir que não ouvi e continuar na luta”.

Portanto, o companheirismo do sem-terra, constitui-se em uma forma de relação social, ressoando, até mesmo, em uma estrutura familiar, pois os pares amanhecem lado a lado no acampamento e criam formas de interação, pois necessitam conviver por tempo não determinado. Esse fato é catalizador da amizade do sem-terra, já que é produzido mediante sentimento de dor e de luta, que esta estrutura determina, aumentando a coragem para dar novo rumo à vida, conforme expressam as Figuras 21 e 22. Neste sentido, a concepção de amizade presente nos sem-terra, vem afirmando, verdades do oprimido, que por sua vez, se constituem vivências e na memória de lutas históricas de libertação.



Figura 20: Reunião de amigos no acampamento Renascer, Guiratinga – Mato Grosso Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015).



Figura 21: Visitas de parentes no acampamento Renascer, Guiratinga – Mato Grosso
Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro (2015).

A educação no acampamento é peculiar, pois a forma de se abordar a questão do conhecimento, sempre busca despertar o senso crítico no sujeito. A tomada de decisões na escola, conta com a participação da comunidade. Surge assim, a “pedagogia da terra”, por meio da qual procura-se valorizar as lutas dos trabalhadores do campo, as suas formas de expressão culturais e outros. Nesta perspectiva, pensar o ensino de jovens e adultos que estão em acampamentos é necessário observar suas disponibilidades, conforme afirma Brandão (1998):

(...) uma educação para o homem do campo, é bom termos noção de quem ele é. Que tempo dispõe já que se levanta às 3, 4 ou 5 horas da madrugada para trabalhar e não tem hora de retorno para descansar. Parcela da população trabalhadora rural já desejou estudar ou tentou participar de um processo de aprendizagem. As tentativas geralmente são seguidas de evasão por não haver distinção entre o homem urbano e o homem rural quanto a suas possibilidades de tempo/horário (BRANDÃO, 1998).

Tendo em vista isso, abrangência da escola foi ampliada, envolvendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA). No ano de 2012 nos acampamentos do MTA, foi implantado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que contou com a colaboração da Secretaria Estadual de Educação (Semec). Nessa oportunidade, foram instaladas três salas de aulas, do Programa

Brasil Alfabetizado (PBA) e uma da EJA, conforme expressa a Figura 23, demonstrando as dinâmicas nas aulas.

Desde o início, o programa procurou ajustar um currículo que fosse de encontro com a realidade dos alunos. Muitos nem sequer sabiam assinar o próprio nome, hoje já escrevem diversas palavras. E podem ler os comunicados vindos das lideranças.

Nesta modalidade de ensino o objetivo é proporcionar conteúdos que representem a existência dos sujeitos e que trabalhem com a emoção, possibilitando a aprendizagem, ou seja, aquilo que não tem significado, dificilmente será assimilado.



Figura 22: Escola EJA no acampamento Renascer, Guiratinga – Mato Grosso
Fonte: Coordenação do MTA

Assim, entender a lógica do acampamento contribui no sentido de desmistificar preconceitos ainda fortes da sociedade em relação a essas pessoas, que são trabalhadores vinculados a movimentos sociais, em defesa de seus direitos e de melhores condições de vida. Gente que acredita que a riqueza produzida pelas relações de trabalho possa ser apropriada por quem a produz, entendendo a terra não somente como espaço de produção de mercadorias e exploração, mas sim, como espaço de vida e justiça social.

A inserção na luta pela terra e a formação dos acampamentos permitem a incorporação de novas práticas coletivas antes ausentes do horizonte cultural destes indivíduos, como, por exemplo, a participação em manifestações, assembleias, coordenação de comissão de trabalho, que instrumentalizam os acampados com maior capacidade de organização na luta pelos direitos fundamentais, garantindo a sobrevivência e a cidadania.

Este cenário permite compreender que a vivência do acampamento e as experiências acumuladas foram fundamentais para a consolidação de uma identidade, formada a partir das redes de solidariedade estabelecidas durante as experiências no acampamento, que permitiu ampliar o valor dado à ação coletiva.

A partir dos resultados obtidos, serão descritas algumas considerações sobre esta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de construção desta pesquisa, buscou-se definir os objetivos, a escolha do método e a questão-problema que direcionaram a investigação, pautados na escolha do universo do acampamento de sem-terra. Para isso, partiu-se do entendimento da relação de pertencimento do homem do campo e suas inquietações ao longo da questão agrária.

Assim, entende-se que, a questão agrária brasileira inicia-se com a Lei de Terras, na qual se delimitou os diferentes perfis da luta pela terra, marcados, posteriormente, pelo crescimento latifundiário, pela evolução da agroindústria e do agronegócio.

Diante desta realidade, iniciam-se os movimentos sociais reivindicatórios, direcionados à luta pela reforma agrária. Surge um contingente de pessoas desprovidas de terras, lutando por uma distribuição justa do espaço agrário brasileiro. Os primeiros movimentos dessa luta deram origem aos acampamentos, via invasões e ocupações, com vista a forçar os órgãos governamentais a voltarem suas atenções para esta questão. Para os acampados as terras não pertencem a ninguém, simplesmente as pessoas passam por ela. Onde antes era improdutiva, passa a ser fonte de renda de muitas famílias, com a criação futura de assentamentos.

No entanto, a burocracia política se constitui num entrave para a criação dos assentamentos, pois os prazos de regularização ficam somente como direito no papel. Nesta demora, os acampados cansados de viver embaixo da lona formam associações e procuram uma nova forma de acesso à terra. Em contrapartida, a vivência do cotidiano do acampamento, a privação de necessidades básicas e a esperada reforma agrária continuam na utopia.

Os projetos do Incra foram criados seguindo as diretrizes e estratégias para implementação da reforma agrária. Todo o processo de vivência pelo qual passa o sem-terra, até a sua instalação no assentamento é complexo, pois a implementação dos Projetos de Assentamentos (PAs), pode levar anos para ser concluída. Entretanto, a própria pressão dos sem-terra e/ou novos assentados para ampliar o número de beneficiários, pode levar a um subdimensionamento dos lotes ou a ocupação de áreas de preservação. Esta lógica pode remeter a implicações na preservação do espaço natural, onde para o novo assentado, o que

lhe interessa é a utilização de todo o lote, pois, em longo prazo, o espaço degradado se tornará inviável para a produção.

Não basta apenas conquistar a terra, é preciso que o novo assentado tenha subsídios para que possa alcançar boas condições de vida, e, assim, vislumbrar a terra como lugar de vida e de trabalho, ou seja, o seu lugar de identidade.

O objetivo de se conseguir um lote é um processo que envolve toda a família e faz do acampamento um lugar único, ou seja, um “Território de Esperança”, assim, a ideia de posse da terra, representa a possibilidade de se ter onde morar, produzir e garantir a subsistência familiar. Portanto, o conceito de “Territórios de Esperança”, aplica-se ao acampamento, por ser um território dinâmico, de vivências, de criações, de redefinições e de delimitações, ou seja, um território inacabado, sujeito a transformações.

De acordo com os resultados da presente pesquisa, a maioria dos entrevistados é do sexo masculino, em razão de haver uma preocupação com a segurança do acampamento e ocupação diária no trabalho para a garantia de subsistência, pressupondo a presença masculina, no sentido de imposição em relação à ocupação do lugar.

Com relação à faixa etária verificou-se o predomínio de pessoas na faixa-etária de 31 a 60 anos, ou seja, que ainda se encontram em fases de vida produtiva.

Analisando o grau de escolaridade constatou-se que, a maioria dos entrevistados estudou no máximo até a 4ª série do atual primeiro ciclo do ensino fundamental. Apesar de pouca escolaridade são pessoas que trazem como experiência, a vivência e a luta como sinônimos de saber.

Quanto ao número de pessoas por família dos entrevistados, prevalecem as famílias de 2 a 5 pessoas. Neste universo apresentaram-se famílias com duas a três pessoas, compostas pelo avô, a avó e um neto, que em alguns casos, somente o avô é residente no acampamento, pois os demais membros moram nas cidades circunvizinhas (Pedra Preta e Rondonópolis) para o estudo das crianças.

A maior parte dos entrevistados tem renda familiar de 01 (um) salário mínimo, que provém da pequena produção (venda de galinhas, ovos, porco e outros) dentro do acampamento, gerando a necessidade de buscar fora do acampamento um acréscimo financeiro, com a realização de outras atividades, tais como: funileiro, pedreiro, serviços gerais e outros.

Com relação ao tipo de ocupação profissional a maior parte dos entrevistados é constituída de aposentados.

Com relação à identificação de residência no acampamento ou não, mais da metade dos entrevistados moram nos acampamentos, enquanto os que não residem, moram principalmente nas cidades de Rondonópolis e Pedra Preta, portanto, moradores itinerantes nos acampamentos.

Em referência aos motivos que levaram os entrevistados a aderirem ao movimento de sem-terra, a maioria dos entrevistados expressa que aderiu ao movimento pelo sonho em conseguir um lote de terra.

Quanto às opiniões dos entrevistados com relação à moradia de itinerantes, ou seja, as pessoas que possuem o barraco no acampamento, frequentando nos finais de semana e, paralelamente residem na cidade, a maioria dos entrevistados concorda com esta lógica, principalmente, por não existirem outras opções; pela necessidade de trabalho para o sustento da família; a procura por conforto; devido ao pouco ganho das atividades no acampamento; pela ajuda mútua; pela garantia em ter o direito de participar do sorteio de lotes, assegurando, dessa forma, o bem estar dos filhos; a contribuição para a segurança do acampamento; e alguns concordam desde que, as pessoas envolvidas nesta lógica participem das lutas que dizem respeito ao acampamento.

Na questão em relação à permanência nos acampamentos, a maioria dos entrevistados relatou não permanecer constantemente, no entanto, mantém o vínculo, vislumbrando a futura aquisição de um lote.

Com relação às dificuldades sofridas nos acampamentos, os entrevistados demonstraram diversas situações, tais como: risco de acidentes nas estradas; a solidão; ausência de moradias; a precariedade dos barracos; ajuda de modo geral; a burocracia do Incra; a distância da cidade; o espaço inadequado para criação de animais; o calor da lona; a presença de insetos; a impossibilidade de obter energia elétrica; a dificuldade na conservação de alimentos; dificuldade de mobilidade; a falta de segurança e a ausência de escola para as crianças.

Com relação à opinião dos entrevistados sobre a qualidade de vida urbana do sem-terra, que possui vivência também no espaço do acampamento, a maioria acredita na melhoria de qualidade de vida, devido principalmente às seguintes questões: com a ajuda das pessoas que vivem no acampamento como, por exemplo, a oferta de alimentos; consegue garantir seu cadastramento no movimento para um futuro sorteio do lote; pelo conforto da cidade; por não passar pelas mesmas necessidades do acampado e por maiores opções de trabalho.

Com relação às necessidades de mudanças no perfil da luta, a maioria das respostas expressam a necessidade de maior apoio do Incra e dos coordenadores do movimento; melhor

infraestrutura do acampamento; a presença do chamados “pardais”, que tiram proveito da estrutura dos acampamentos; o espaço inadequado do acampamento; falta de trabalho e de formação e a solidão de alguns membros.

Com relação às opiniões sobre a possibilidade de extinção dos acampamentos em geral, a maioria dos entrevistados, acredita no fim dos acampamentos, por algumas razões, tais como: a pouca procura e adesão ao movimento; a demora para se conseguir o assentamento; acreditam que permaneçam apenas assentamentos, devido a decrescente polarização; acreditam que o acampamento irá acabar naturalmente; muitos não pretendem ir para outro movimento; pelas dificuldades enfrentadas e alguns almejam novas alternativas.

Em menores porcentagens, os que não aceitam o fim do acampamento, por algumas razões: a acolhida dos membros do acampamento em relação às pessoas que precisam; aumento de dificuldades em morar em outro local, como o meio urbano; na sua perpetuação enquanto assentamento; outros acreditam que sempre existirão; pela própria luta e para pressionar o governo em relação à falta de apoio aos acampados.

Com relação ao desempenho das atividades dos coordenadores dos acampamentos, a maioria dos entrevistados, consideram a atuação ruim, devido a: demora nos informes relacionados às questões do acampamento; as dificuldades em negociação das demandas; pouca mobilização do grupo; a lentidão nas resoluções; a falta de qualificação dos representantes; pouca assistência dos coordenadores; alguns os consideram pouco participativos e outros consideram que já foi melhor; deficiência nas prestações de contas e a falta de atitude nos processos de formação do assentamento.

Quanto à satisfação dos acampados com relação a ação do movimento social (MTA), a maioria dos entrevistados consideram que o movimento MTA apresenta uma boa ação, por serem organizados, não serem “baderneiros”, auxiliam nas manifestações, são honestos, respeitam as leis e trabalham em benefício dos acampados. Alguns consideram que o próprio movimento é que determina a existência dos acampamentos e outro acreditam que o movimento precisaria de maior apoio do Incra.

Na identificação do tempo de participação dos entrevistados nos movimentos sociais como membro do acampamento, a maioria já participa do movimento social há 5 e 7 anos, tendo relação direta com o tempo de existência do acampamento.

Com relação às mudanças de vida, a maioria apresentou perspectivas positivas a partir da criação do assentamento; ao conseguirem o lote, apesar de toda a demora e burocracia; são pessoas de fé que buscam realizar seus sonhos, na espera de um futuro melhor.

Esta pesquisa identificou certa tendência nas pessoas em idade produtiva em não permanecer constantemente morando no acampamento, no entanto, as pessoas idosas, normalmente, aposentados, permanecem e acreditam na perpetuação dos acampamentos, mesmo com sua diminuição através do modelo de assentamento, e, que a luta pela posse da terra continuará.

Portanto, o acampamento se caracteriza como um território provisório com vida e esperança, pois traz consigo a história, a vivência, os anseios, as alegrias e as vicissitudes de um grupo social e, a esperança de uma vida melhor na concretização do território definitivo, como assentamento, que representará a efetiva transformação social.

Neste sentido, as políticas públicas voltadas a este segmento devem ser implementadas nas perspectivas de inclusão social do trabalhador sem-terra, bem como na preservação ambiental do meio, buscando a sustentabilidade ecossistêmica, econômica, social e cultural, visando uma melhor condição de vida para o homem do campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.15, n.1, p.137-157, 1998.

ALBUQUERQUE, M. M. **Reforma Agrária: opulência ou pobreza**. São Paulo: Convívio, 1986.

ALENTEJANO, P. R. R. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

ALMEIDA, R. A. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 388f. Tese (Pós-graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo.

ANDRADE, M. C. **Abolição e reforma agrária**. Recife: Ática, 1987.

ARAÚJO, L. H. A. **Questão fundiária na ordem social**. Porto Alegre: Movimento, 1985.

BARREIRA, M. Movimentos sociais e reforma agrária: um balanço crítico. **Revista Outubro**, n. 22, p. 63-68, 2014.

BERGAMASCO, S. M. P. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNAD. **Reforma Agrária**, v. 25, n. 2-3, p. 167-177, 1995.

BERGAMASCO, S. M. P.; NORDER, L. A. C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BERNARDES, J. A. **Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 matogrossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BORDO, A. A.; SILVA, C. H. P.; NUNES, M.; BARBOSA, T.; MIRALHA, W. **Diferentes Abordagens do Conceito de Território**. São Paulo: FCT/UNESP, 2004.

BRANDÃO, E. C. Educação do campo: pedagogia da sobrevivência. **Revista Comunicações**, vol. 5, n. 2, p. 205-213, 1998.

BRANFORT, S. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

BRASIL. **Acervo fundiário do Incra**. Disponível em: <http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/incra.html?m20pkunti21u8l1d1o7c08ogr0>. Acesso em 15 jul. 2014.

_____. **Acervo fundiário do Incra**. Disponível em: <http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/incra.html?m20pkunti21u8l1d1o7c08ogr0>. Acesso em 15 fev. 2015.

CALLAI, H. C. Estudar o Lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de Geografia**. Práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000, 173 p.

CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

CARVALHO, A. V.; D'INCÃO, M. C. (Org.). **Reforma Agrária: significado e viabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

CARVALHO, H. M.; COSTA, F. A. Agricultura Camponesa. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTRO, E. G. Juventude do campo. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTRO, I. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CÁUPER, G. C.; CÁUPER, F. R. M; BRITO, L. L. **Biodiversidade Amazônica**. Manaus: Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA), 2006.

CHRISTOFFOLI, P. I. Cooperação Agrícola. In: CALDART, R. S. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

D'INCÃO, M. C. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da reforma agrária. **Revista Lua Nova**, n. 23, p. 83-106, 1991.

DATALUTA. **Banco de dados da luta pela terra**. 2014. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 20 abr. 2014.

DE CERTEAU, M.. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

DICIONÁRIO *ON LINE* DE PORTUGUÊS. **Agrovilas**. Disponível em : <<http://www.dicio.com.br/agrovila/>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

DULLEY, R. D.; CARVALHO, Y. M. C. Política de reforma agrária brasileira e meio ambiente. **Universidade aberta, nordeste**, fascículo 7,1994.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato**: formação e territorialização dos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra – MST (1979-1999). 1999. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Territórios da questão agrária**: campesinato, reforma agrária e agronegócio. *Reforma Agrária*,v. 34, n. 2, p. 77-94, 2007.

_____. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pp. 273-302.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente: (s/l), 2013, mimeo.

FOWERAKER, J. **A luta pela terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FRANCIS, D. G. **Family agriculture**: Tradition and transformation. Londres: Earthscan, 1994.

FROMM, E. **A importância da diferença entre ter e ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GANCHÓ, C. V.; LOPES, H. Q. F.; TOLEDO, V. V. **A Posse da terra**. São Paulo: Ática, 1991.

GUANZIROLI, C. E. PONAFA dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**,v.45,n. 2, p. 2-32, 2007.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HAIGER, A. Da Petro-cultura à agricultura. **Ciência & Ambiente**, v. 8, n. 15, p. 7-15, 1997.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HIGA, T. C. S. Processo de ocupação e formação territorial. In: MORENO, G.; HIGA, C. S. (Orgs.). **Geografia de Mato Grosso**: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005, p.90-102.

IASI. M. **É o lobo, é o lobo!** Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/mauro-iasi/>>. Acesso em 16 fev. 2015.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KOSSOY, B. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

L'ESTOILE, B.; SIGAUD L. M. **Ocupações de terra e transformações sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: Editora Unicamp, 1993, p. 13-33.

MAMBER, D. As cidades dos sem-terra. **Revista Terra**, n. 139, p. 68-77, 2003.

MARTINS, J. S. O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In. MARTINS, J. S. (Coord.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Editora da UFRGS, 2003.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

MEDEIROS, L. S. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

MOREIRA, E. **Território(s) de esperança: projeto de pesquisa**. João Pessoa: CNPq, 2006.

MOREIRA, E; TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera**, n. 10, p. 72-93, 2007.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MÜLLER, F. G. M. **Rodovia Cuiabá – Santarém, BR - 163, desmatamento atual e futuro: uma questão de monitoramento e controle**. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia “Ambiente e Desenvolvimento Regional”. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2006.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, R. S. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988.

OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORREA, A. M. **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj/Anpege, 2008.

PANTALEÃO, E. **Aplicação de técnicas de sistemas baseados em conhecimento em projeto cartográfico temático**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2003.

PEREIRA, I. B. Educação Profissional. In: CALDART, R. S. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PEREHOUSKEI, N. A. **Áreas verdes e serviços públicos de saúde na cidade de Mandaguari, Paraná: 2000 a 2010**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013, 136p.

PONTIN, V.S.; BORGES, M. C. **Luta pela/na terra: as novas representações políticas como forma de resistência**. Três Lagoas: EdUFMS, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina**. Buenos Aires: Clacso/Osal, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

RATZEL, F. O povo e seu território. In: MORAES, A. C. R. (Org.). **Geografia do homem: Antropogeografia**. São Paulo: Ática, 1990. p. 73-82.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho e educação**. São Paulo: Expressão Popular: 2013.

ROCHA, H. F. **Produção territorial das reformas agrárias no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Universidade Estadual Paulista, 2013.

RODRIGUES, L. P. M. **A formação territorial do brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do Assentamento Nossa Senhora de Fátima**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 215p., 2012.

ROSA, R. Análise espacial em geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 275-289, 2011.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço**. São Paulo: AGB, 1977, p.81- 99.

_____. **Metamorfose do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, A. P. S.; FELIPE, E. S.; RAMOS, M. M. Infância do campo. In: CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA; R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.77-116.

STÉDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

_____. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500 – 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária: 1946 – 2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SCHWARZ, R. G. **Terra do Trabalho, Terra de Negócios**. São Paulo: LTr., 2014.

VENDRAMINI, C. R. **Educação em movimento na luta pela terra**. Florianópolis: Verus-Record, 2002.

_____. Experiência coletiva como fonte de aprendizagens nas lutas do movimento sem terra no Brasil. **Revista Lusófona de Educação**, n. 6, p. 67-80, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999. p. 23-66.

ANEXOS

ANEXO I

QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA: ESTUDO DOS ACAMPAMENTOS DE SEM-TERRA FORTALEZA E RENASCER NA MICRORREGIÃO DE RONDONÓPOLIS – MT.

Mestranda: Shirlei Fernandes de Oliveira Miyashiro

Orientador: Prof. Dr. Nestor Alexandre Perekousjei

Período de aplicação da pesquisa: _____.

Nome do Acampamento e do Movimento Social: _____.

Nome do Entrevistado (a): _____.

1 – Levantamento socioeconômico: perfil do acampado:

- a) Sexo M. F.;
- b) Faixa etária 21 a 30 anos; 31 a 40 anos; 41 a 50 anos; 51 a 60 anos; Mais de 60 anos.
- c) Grau de Escolaridade: Fundamental; Médio; Superior; Pós-graduado; Sem Escolaridade.
- d) Número de pessoas que compõe a família: _____.
- e) Renda Familiar: Até 1 salário mínimo; 1 a 2 salários mínimos; 2 a 3 salários mínimos; 3 a 4 salários mínimos; mais de 5 salários mínimos.
- f) Ocupação: Empregado; Do Lar; Desempregado; Autônomo; Aposentado; Estudante.
- g) Reside no Acampamento: Sim; Não. Se **não**, mora em qual localidade?
_____.

2 – Levantamento específico:

- a) Qual o motivo que o (a) levou a aderir ao Movimento dos Sem-terras?

b) O que você acha das famílias que estão cadastradas no Movimento e moram na cidade?

c) Porque você e sua família optaram em ficar no Acampamento?

d) Quais as dificuldades na vivencia cotidiana neste Acampamento?

e) Em sua opinião, as pessoas que optaram em viver nas cidades venceram essas dificuldades? Porque?

f) O que precisa mudar no perfil da luta no acampamentos?

g) Acredita no fim dos Acampamentos? Qual a sua perspectiva?

h) Como você percebe a atuação da Coordenação do Acampamento?

i) Quanto à ação do Movimento Social, ao qual o Acampamento é satisfatório? Por quê?

j) Há quantos anos você participa do movimento no acampamento?

k) Você acredita que a tua vida possa mudar? Como?
